

LEONARDO DE CARVALHO SILVA

**DA CANA AO PETRÓLEO: DINÂMICA INTRA-URBANA
RECENTE EM MACAÉ**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisa Social (ENCE/IBGE) como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Estudos Populacionais e Pesquisa Social – Demografia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Neide Lopes Patarra

Rio de Janeiro, maio de 2006

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Neide Lopes Patarra

Prof. Dr. Rodrigo Valente Serra

Prof. Dr. Paulo de Martino Jannuzzi

Rio de Janeiro, maio de 2006

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e minha irmã que, mesmo estando longe sempre me deram apoio e me incentivaram nos momentos mais difíceis, agradeço pela confiança que sempre depositaram em mim, quando eu mesmo não a tinha.

À Neide, que foi muito mais que uma orientadora nesse longo caminho, me acolhendo de maneira sincera, e sempre acreditando em meu potencial. Aos companheiros de mestrado, que não são apenas colegas, mas amigos. Em especial ao Juciano que se tornou um amigo-irmão, com quem além de dividir os percalços do mestrado, eu dividi o apartamento e várias histórias. Também ao Herbert, Cezar, Renato, Guilherme, Débora e Érica.

À Adegá Don Pancho, local de inspiração, onde por muitas vezes parei para reflexões, encontrando respostas para muitas das questões que surgiram ao longo dessa dissertação.

A todos os professores e funcionários da ENCE que colaboraram para meu amadurecimento não apenas acadêmico, mas pessoal adquirido ao longo do mestrado. Aos funcionários que proporcionaram uma estrutura que permitisse tal amadurecimento.

Agradeço a uma pessoa que me ajudou no começo de minha caminhada, viabilizando minha entrada na faculdade e por consequência no mestrado, obrigado Linda Amélia.

E a Deus por permitir que a união dessa série de fatores estivesse na minha vida.

RESUMO

Inserido no processo de reestruturação econômica nacional, o estado do Rio de Janeiro, nas últimas décadas, vem passando por transformações em sua estrutura política, econômica, demográfica e territorial. Nesse contexto, o Norte Fluminense vem despontando como região privilegiada, condição essa garantida pela atividade petrolífera da Bacia de Campos. A crise na atividade canavieira, a partir dos anos setenta, gera a estagnação do desenvolvimento econômico dessa Região. A partir das primeiras descobertas de poços de petróleo na Bacia de Campos, a Petrobras instala, na cidade de Macaé, uma base de operações, fazendo com que essa cidade passe a sediar também inúmeras outras empresas. A reconstrução histórica, realizada na primeira parte do trabalho, evidencia a trajetória da cidade, onde a produção da cana e sua crise levaram a uma relativa estagnação e a seu papel inexpressivo na dinâmica econômica estadual. A partir da instalação da base petroleira no município, no entanto, a cidade inicia um processo de intensas transformações, tanto em termos populacionais como de tecido urbano. A cidade, de fato apresenta, a partir de então, elevadas taxas de crescimento populacional, conseqüentes das pessoas que chegam, a procura das oportunidades de trabalhos abertas; transforma-se em município de saldo migratório negativo para positivo, o que evidencia que, apesar de considerável circularidade populacional, o saldo migratório final vem sendo favorável ao município, que passa a atrair um contingente populacional com níveis relativamente elevados de escolarização e com perfis bastante específicos em função das peculiaridades da indústria petrolífera. Esse crescimento provoca significativas mudanças na paisagem urbana da cidade, com uma também peculiar reconfiguração de seus bairros e atividade dinâmica no setor da construção civil - bairros residenciais mais sofisticados, construção de hotéis e restaurantes, ampliação de rede de serviços urbanos entre outras mudanças. A análise intra-urbana empreendida ressalta essas transformações recentes mediante a construção de indicadores sociais, econômicos e demográficos desagregados por bairros. Considerando-se as diferentes escalas de observação, essa análise busca detectar efeitos, diretos e indiretos, da emergente e crescente atividade econômica. Os indicadores sociais, econômicos e demográficos, desagregados por bairros e georeferenciados, apontam para a reconfiguração do tecido urbano, com novas formas de diferenciação interna, tanto em termos dos grupos sociais que aparecem na hierarquia de bairros, como nas condições de infraestrutura e habitacionais de cada um deles.

ABSTRACT

Due to the process of restructure in the national economy , the state of Rio de Janeiro is going through changes in its political, economic and demographic structures. In this context, the Northern Region of the state – known as Norte Fluminense, appears as a privileged region, status given by the oil industry in the Campos Basin. The crisis in the sugar cane industry, which began in the middle of the decade of seventy, generates stagnation of the economic development in the north of the state. At the same time, the first discoveries of oil wells are made in the Campos Basin. Because of it, Petrobras installs an operation base in Macaé, and the city begins to host several other companies and it also begins to show high rates of population growth, due to the people who arrive, searching for job opportunities,

The installation of these companies and the arriving of immigrants cause meaningful changes in the city's urban scenery, which has seen its resident population grow at high rates in the past twenty years.

The alteration of the population profile and urban scenery is measured by social, economic and demographic indicators, as well as the inner urban dynamics of Macaé census tax data georeferenced by neighborhoods is being observed.

SUMÁRIO

Introdução.....	09
Capítulo 1 – O desenvolvimento dos estudos sobre o Urbano.....	13
1.1 – O desenvolvimento das correntes de pensamento clássicas.....	13
1.2 – Urbanização Brasileira.....	21
Capítulo 2 – O Norte Fluminense.....	28
2.1 – História e ocupação.....	28
2.1.1 – A influência da cana-de-açúcar no Norte Fluminense	31
2.1.2 – O Surgimento do Petróleo.....	34
2.2 – Dinâmica Populacional da Região através de Indicadores.....	37
2.3 – Características Sócio-econômicas.....	48
2.4 – A importância dos Royalties.....	53
Capítulo 3 - O município de Macaé.....	60
3.1 – População Natural e Não-natural de Macaé.....	72
Capítulo 4 – A área intra-urbana de Macaé.....	78
4.1 – Domicílios e Infra-estrutura.....	87
4.2 – Dados dos responsáveis pelo Domicílio.....	92
Considerações Finais.....	97
Notas metodológicas.....	100
Bibliografia.....	105
Anexos	111

ÍNDICE DE TABELAS

Capítulo 2

Tabela 2.1 – Número de Empresas

Capítulo 3

Tabela 3.1 – População e Crescimento Anual Geométrico

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Capítulo 2

Gráfico 2.1 – População do estado do Rio de Janeiro, Norte Fluminense e Macaé em 1980

Gráfico 2.2 – População do estado do Rio de Janeiro, Norte Fluminense e Macaé em 1991

Gráfico 2.3 – População do estado do Rio de Janeiro, Norte Fluminense e Macaé em 2000

Gráfico 2.4 – % da População Urbana - 1980 - 2000

Gráfico 2.5 – Variação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - 1970 - 2000

Gráfico 2.6 – Componente do IDH: Longevidade 2000

Gráfico 2.7 – Componente do IDH: Educação 2000

Gráfico 2.8 - Componente do IDH: Renda 2000

Gráfico 2.9 – Os cinco estados que mais receberam de Royalties do Petróleo – 2000/2004

Gráfico 2.10 – As 5 cidades fluminense que mais receberam de Royalties do Petróleo

Capítulo 3

Gráfico 3.1 – Estado de residência das pessoas que declararam estudar ou trabalhar em Macaé – 2000

Gráfico 3.2 – Tempo de residência dos imigrantes - Macaé 2000

Gráfico 3.3 – População não-natural de Macaé – 2000

Gráfico 3.4 – Instrução por Naturalidade - Macaé 2000

ÍNDICE DE CARTOGRAMAS

CAPÍTULO 2

Cartograma 2.1 – Estado do Rio de Janeiro – Mesorregiões

Cartograma 2.2 – Municípios do Norte Fluminense – 2000

CAPÍTULO 3

Cartograma 3.1 – Estado de origem em 31/07/1986 dos que em 1991 residiam em Macaé

Cartograma 3.2 – Estado de origem em 31/07/1995 dos que em 2000 residiam em Macaé

Cartograma 3.3 – Municípios Fluminenses de origem em 31/07/1995 dos que em 2000 residiam em Macaé

CAPÍTULO 4

Cartograma 4.1.1 – Bairros da área urbana de Macaé – 2000.

Cartograma 4.1.2 – População da área urbana de Macaé segundo bairros - 2000

Cartograma 4.1.3 – Domicílios da área urbana de Macaé segundo bairros – 2000.

Cartograma 4.1.4 – % de Domicílios com 1 banheiro - Área urbana de Macaé – 2000.

Cartograma 4.1.5 – % de Domicílios com 3 ou mais banheiros - Área urbana de Macaé – 2000.

Cartograma 4.1.6 – % de Domicílios com rede geral de esgoto ou pluvial – Área urbana de Macaé – 2000.

Cartograma 4.2.1 – % de responsáveis por domicílios com 12 anos ou mais de estudo – Macaé 2000

Cartograma 4.2.2 – % de responsáveis por domicílios com renda igual ou superior a 10 SM's – Macaé 2000

Introdução

Este trabalho representa um esforço para compreensão do processo de intensa urbanização e crescimento populacional em Macaé, cidade do Norte Fluminense, e propõe repensar as escalas geográficas tradicionalmente utilizadas nos estudos deste tema. A necessidade de tal reflexão se justifica uma vez que a reestruturação produtiva que aconteceu e ainda acontece em alguns lugares, rompe com a linearidade das escalas.

Desenvolver uma análise sobre a alteração da dinâmica de desenvolvimento da Região Norte Fluminense foi propósito deste trabalho, entendendo que essa alteração é um dos vários desdobramentos da citada reestruturação produtiva, que no estado do Rio de Janeiro gerou desconcentração industrial e populacional da região metropolitana.

No desenvolvimento dos estudos sobre o Norte Fluminense é possível identificar que dois municípios se destacam: Campos dos Goytacazes e Macaé. O primeiro como município de maior população e extensão territorial, tradicional centro regional, posição conquistada graças em grande parte à atividade açucareira desde a ocupação do Norte Fluminense até algumas décadas atrás, e que recentemente se estagnou. O segundo desponta como principal município em crescimento, isto acontece devido à atividade petrolífera da Bacia de Campos, que trouxe para a cidade a Petrobrás e várias empresas privadas prestadoras de serviço, proporcionando a abertura de milhares de postos de emprego, atraindo para a cidade – e principalmente para sua área urbana – milhares de imigrantes e macaenses que haviam migrado para outras regiões, estados, cidades.

Este trabalho ao longo de seus quatro capítulos, se vale de instrumentos tanto quantitativos como qualitativos, para reunir conteúdo que permita ao leitor visualizar a

trajetória da qual resulta o processo de desenvolvimento da área urbana de Macaé, para que possa contribuir na busca por melhores condições de vida para a população.

Tendo em vista que os processos urbanos necessitam de novas escalas de observação, foi utilizada, neste trabalho, a análise em escala intra-urbana, pois quando mudamos a escala de observação em direção, certos processos até então invisíveis se tornam perceptíveis.

O primeiro capítulo apresenta um levantamento bibliográfico que trata em sua primeira parte do desenvolvimento das correntes de pensamento sobre o urbano, no mundo e no Brasil, partindo do desenvolvimento dos estudos sociológicos e tomando diferentes correntes de pensamento. Alguns se desenvolveram segundo uma ótica sociológica, entendendo o urbano em contraposição ao rural; e outros privilegiando a relação do urbano com o modo de produção vigente e estudando as mudanças em ambos. De maneira mais específica, observa na segunda parte, o processo de urbanização brasileiro, sua concentração econômica, e a reestruturação produtiva a partir dos anos 70 e suas conseqüências mais recentes, como processo de crescimento das cidades médias.

O segundo capítulo expõe um histórico do Norte Fluminense, mostrando como e porquê a região foi ocupada, para em seguida mencionar o seu desenvolvimento econômico, mostrando a importância da cana-de-açúcar não apenas na dinâmica de desenvolvimento econômico, mas na estruturação sócio-política do Norte Fluminense. Na elaboração da segunda parte desse capítulo, foram utilizados dados censitários dos anos de 1980, 1991 e 2000, além de uma gama de indicadores demográficos, sociais e econômicos sobre o estado do Rio de Janeiro, o Norte Fluminense e o município de Macaé, a partir de 1980. Esses dados foram reunidos com o objetivo de observar como se comportaram essas unidades espaciais a partir da chegada da indústria petrolífera em Macaé – que data do fim dos anos 70 – observando a influência desta indústria na escala estadual, mesorregional e municipal. Por fim trata da

importância do pagamento de royalties provenientes da extração de petróleo, contextualizando as unidades espaciais, acima citadas, no contexto nacional, mostrando a importância desses recursos, para que as prefeituras beneficiadas possam promover uma melhoria das condições de vida da população e incentivar outras atividades econômicas.

O terceiro capítulo utiliza dados censitários específicos para um olhar focado sobre o município de Macaé, observando que o principal componente demográfico responsável pelo crescimento da cidade foi a migração. Para isso elaborou-se uma análise dos movimentos migratórios para a área e a seletividade dessa migração, incluindo o emergente movimento de pendularidade. Tal análise foi feita utilizando o Banco Multidimensional Estatístico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística¹ para o cruzamento de dados referentes à instrução, migração e renda a fim de entender como são estabelecidas as possíveis diferenças entre os imigrantes e as pessoas naturais da cidade.

O quarto capítulo resulta de um esforço metodológico que possibilitou contemplar Macaé em escala intra-urbana e interpretar as mudanças recentes principalmente em seu espaço urbano. Essa escala vem ganhando força nos estudos urbanos por permitir a compreensão das disparidades existentes. Para viabilizar a visualização de como se comporta a região urbana macaense diante de um intenso processo de urbanização e um grande crescimento populacional, processos que envolvem e modificam a paisagem urbana. Os microdados do universo do Censo 2000 foram então compatibilizados por bairros, assim como uma malha digital, para ilustrar os dados analisados em mapas temáticos. Assim, a área urbana de Macaé foi observada e tratada segundo a divisão oficial da prefeitura da cidade, na qual essa área é dividida em 22 bairros, detalhes dos procedimentos metodológicos utilizados são apresentados.

¹ A partir daqui iremos nos referir a esse instituto pela sigla IBGE

Ao final esboça-se uma síntese das considerações que emergem da pesquisa realizada, contemplando os processos presentes na área estudada e como estes processos, atuando simultaneamente, modificam o perfil da população e da paisagem urbana.

Capítulo 1 – O desenvolvimento dos estudos sobre o Urbano

1.1 – O desenvolvimento das correntes de pensamento clássicas

Neste capítulo serão apresentados, primeiramente, os antecedentes clássicos das linhas de estudo sobre o urbano, com o objetivo de demonstrar como as transformações econômicas interagem na formação/transformação desse espaço; para em seguida tratarmos do processo de urbanização brasileira, suas peculiaridades no passado mais distante e também seus desdobramentos recentes.

Velho (1995) afirma que o urbano tem sido amplamente estudado por diversos autores, que durante os últimos 150 anos trataram explicitamente do tema, ou seja, tinham como objeto central de seus trabalhos o urbano.

Os antecedentes clássicos ajudam a entender a partir de qual realidade se derivou a necessidade de estudarmos o espaço urbano, e ao longo do tempo, como esse espaço foi se modificando, para compreendermos que o espaço urbano aqui estudado – a área urbana de Macaé – não se configura como exceção, mas como um exemplo dotado de dinamismos próprios do seu tempo.

O desenvolvimento dos estudos urbanos brasileiros serão tratados desde sua urbanização pretérita até as tendências mais recentes, como processos de desconcentração econômica e de crescimento das cidades médias brasileiras, para que seja devidamente contextualizado o tema principal deste trabalho, a urbanização e o crescimento de Macaé, com ênfase em sua área urbana.

Essa reflexão teórica tem por objetivo estabelecer questões, conceitos e procedimentos que permitam avançar na análise da dinâmica recente das regiões

urbano/metropolitanas e sua relação com os movimentos migratórios e nas mudanças ocorridas ao longo do tempo.

Para recuperar os antecedentes clássicos dos estudos urbanos, devemos resgatar o pensamento social que foi utilizado no seu desenvolvimento. Patarra (1999) fala que as dimensões que definem o espaço urbano contemporâneo se fazem presentes, então no pensamento social do século XIX, mencionando ainda que: *“a dicotomia rural-urbano, na verdade, passou a constituir um eixo estruturante das Ciências Sociais; com diversos recortes disciplinares e formulações teóricas distintas e muitas vezes antagônicas, a reflexão sobre o rural e o urbano esteve voltada ao entendimento das relações entre estruturação espacial e as distintas etapas do desenvolvimento capitalista”*. (p.2) A partir daí segundo ela, surgem duas correntes fundamentais para o desenvolvimento das teorias sobre a cidade e o urbano na sociedade industrial.

Na verdade, nas formulações clássicas, as raízes do pensamento sociológico emerge da formulação de urbano como modo de vida, contrapondo-se ao modo de vida rural. Essa corrente faz a diferenciação de comunidade, que envolve todas as formas de relacionamento e é caracterizada por um alto grau de intimidade pessoal, profundidade emocional, compromisso moral, coesão social e continuidade no tempo; e a sociedade que é marcada por um alto grau de individualismo, impessoalidade, relações contratuais. Esses conceitos nos remetem ao de solidariedade orgânica e mecânica de Durkheim¹, relação essa

¹ Segundo Durkheim, duas formas de solidariedade social podem ser constatadas: *a solidariedade mecânica*, típica das sociedades pré-capitalistas, onde os indivíduos se identificam através da família, da religião, da tradição, dos costumes. É uma sociedade que tem coerência porque os indivíduos ainda não se diferenciam. Reconhecem os mesmos valores, os mesmos sentimentos, os mesmos objetos sagrados, porque pertencem a uma coletividade. E *a solidariedade orgânica*, característica das sociedades capitalistas, onde, através da divisão do trabalho social, os indivíduos tornam-se interdependentes, garantindo, assim, a união social, mas não pelos costumes, tradições etc. Os indivíduos não se assemelham, são diferentes e necessários, como os órgãos de um ser vivo. Assim, o efeito mais importante da divisão do trabalho não é o aumento da produtividade, mas a solidariedade que gera entre os homens.

também comentada por Urry 1996² em trabalho que trata da sociologia do tempo e do espaço. Dessa corrente de pensamento deriva a sociologia urbana que tem como expoente máximo a Escola de Chicago, instituição que desenvolve o período entre as duas guerras mundiais abordagens etnográficas e ecológicas para o estudo da cidade e sua forma. Apesar de tratarem de momentos históricos distintos, as observações feitas por essa escola apontam para uma estrutura de cidade que em muitos aspectos se assemelha à configuração vista em Macaé.

A outra vertente é a marxiana, ou marxista, que enfatiza o urbano como lócus da classe trabalhadora industrial, que deixa o legado da divisão social do trabalho e suas classes sociais correspondentes como instancias estruturantes, contraparte da concentração industrial e do processo de produção. Concordando com essa linha teórica, Debiagge acrescenta que:

“Analisar o processo de produção ou construção da cidade supõe compreender um processo de conflitos, resultante que é da estruturação da própria sociedade. Como parte de um processo econômico e social, a produção do urbano está ligada à necessidade de acumulação capitalista assim como ao modo como está estruturada a sociedade. A cidade reflete, por isso, os diferentes momentos econômicos e do quadro político em que se insere.”
(Debiagge 1985 p.8)

Na³ primeira etapa configura-se a dicotomia, essa configuração é resultado empírico da transição do feudalismo para o capitalismo. Outras etapas do capitalismo como a mudança da acumulação mecânica para a acumulação orgânica do capital vão imprimir novas feições ao tecido urbano. O capitalismo monopolista abre espaço para a concentração

² Urry, John. Sociology of time and space. In: The Blackwell Companion to social theory. TURNER, Bryan S. (Org) Editora: Blackwell Publishers Massachusetts – EUA 1996 pag 369-396

metropolitana e uma retaguarda rural aos países de capitalismo tardio, com tecnologia e acesso a da etapa moderna. Não cabe aqui explicar todas as etapas do desenvolvimento capitalista e seus vínculos com a configuração e transformação dos espaços rurais e urbanos. Importa estes que, apesar dessas transformações, a dicotomia rural/urbano permanece até aproximadamente os anos 70 do século passado. Dicotomia principalmente referida a espaços que retém a divisão sócio-espacial do trabalho, ou seja, o rural como lócus de atividades agrícolas (mesmo com tecnologia moderna) e o urbano lócus das atividades industriais, comerciais e de serviços.

No que se refere ao “way of life”, essa divisão social do trabalho correspondeu a estilos de vida e modos de produção distintos. Foi preciso se chegar à sociedade em rede⁴ para que se rompesse essa dicotomia. Na verdade a sociedade pós-moderna significa a compressão do espaço-tempo (Harvey) e a comunicação como dimensão definidora das relações sociais, tanto para as áreas urbano-metropolitanas como para de áreas rurais.

Permanece o debate, no entanto, sobre a dicotomia: terminou ou reconfigura-se nos chamados “novo rural” e novo “urbano”?

A partir dos anos 70, o debate sobre o urbano ganha novas características, fruto de um novo cenário mundial que se formava. A discussão sobre a cidade, diante do quadro de reestruturação produtiva inexorável no período de crise do capitalismo fordista. Considera a dimensão social e a reestruturação urbana para o entendimento das novas modalidades e características dos movimentos migratórios, que refletindo a forma fordista de organização e produção, as novas configurações do espaço denunciam a crise econômica e as transformações do urbano que aconteciam nos países centrais e repercutiam nos países em desenvolvimento (Patarra, 1999).

Para o entendimento da crise econômica citada e da reestruturação na produção, recorreremos à contribuição de Harvey (1992), seus trabalhos sobre as transformações econômicas, e sua incidência sobre a organização da estrutura urbana, explicam como o capitalismo configura diferentes espaços em diferentes períodos históricos; em cada etapa o espaço é caracterizado de tal maneira a facilitar o crescimento da produção, a reprodução da força de trabalho e a maximização do lucro.

Por outro lado, há de se considerar a contribuição de Lefebvre (2001) quando relacionamos a temática urbana com o processo de industrialização e o modo de produção capitalista, pois para ele o ponto de partida é a industrialização:

Para apresentar e expor a “problemática urbana” impõe-se um ponto de partida: o processo de industrialização. Sem possibilidade de contestação, esse é, há um século e meio o motor das transformações na sociedade.(Lefebvre, 2001, p.3)

No entanto, para ele, a cidade preexiste à urbanização, mas as implicações desta afirmação ainda não foram totalmente tratadas. Ele cita a cidade oriental, a arcaica e a medieval como exemplos de cidades pré-industrialização, mencionando que, quando a industrialização começa, quando nasce o capitalismo concorrencial com a burguesia industrial, a cidade já dispunha de uma poderosa realidade.

Depois de perpassar por algumas das correntes de pensamento que ofereceram importantes contribuições ao desenvolvimento dos estudos urbanos, e a maneira de como enxergarmos esse espaço, como sendo resultado de relações de várias dimensões, nos foi possível identificar algumas mudanças ocorridas, tais como: as últimas décadas foram marcadas por profundas e nítidas transformações nos processos de estruturação dos espaços

⁴ Ver Castells 2002

geográficos sejam eles urbanos ou rurais, transformações essas que produziram intensas mudanças nas áreas urbanas tradicionais, nos aspectos físico-territorial e em suas condições de vida.

Essa reestruturação do território acontece em âmbito internacional, de maneira hierarquizada, numa rede interconectada por nós, onde cada nó se envolve de maneira desigual entre as localidades espalhadas pelos países desenvolvidos e em desenvolvimento, o que por sua vez implica num aumento da desigualdade social interna às cidades, com novas maneiras de marginalidade e segregação; havendo um movimento simultâneo de desconcentração espacial e concentração de poder. O urbano fruto dessa reestruturação está em constante processo de mudança.

Diante de uma nova estrutura urbana, Harvey (2002) faz um exercício de repensar alguns mitos objetivando a compreensão da vida urbana do século XXI. O primeiro mito que ele refuta é o de que, para enfrentar os problemas urbanos, a prévia solução de problemas relativos ao desenvolvimento econômico e ao crescimento da população seria indispensável. Contraposto a este mito está a idéia de que as cidades sempre foram fundamentalmente locais centrados na criação e consumo de riqueza, assim manter a ordem é o único caminho para melhorar as condições de vida, a essa idéia Harvey acrescenta redefinições dos conceitos de riqueza, bem-estar e valores, de modo que eles sejam canalizados para o desenvolvimento de suas potencialidades humanas, ao invés de mera acumulação de capital.

Um outro mito refutado é o de que os problemas conseqüentes da urbanização são resultados de processos sociais de raízes mais profundas e devem ser enfrentados independente de suas peculiaridades. Esse mito é contraposto pela visão que toma a produção de diversas ordens e estruturas espaço-temporais como momentos ativos no

interior de processos sociais, como momentos de transformação, repensando o próprio conceito de urbano.

O terceiro mito é o de que a escolha dos modos para acomodar a população urbana, sempre crescente, é uma mera questão de avanço tecnológico; a isso o autor contrapõe com a idéia de que, essas novas tecnologias devem ser vista de maneira distinta à sua utilização pelas forças predominantes, que se apropriam delas com objetivos próprios.

O quarto mito é o de que as formas geralmente caóticas e problematizadas dos processos sociais podem ser corrigidas e controladas por meio de uma projeção espacial. Harvey nos fala que nenhuma espacialização, por mais utopista que seja, pode deter os processos históricos.

O quinto mito por ele refutado é o de que os problemas sociais nas áreas urbanizadas só poderão ser solucionados com a liberdade do mercado, pois para ele a criação de riqueza deve ser o resultado de colaborações sociais de cooperações, e nesse caso a busca pela justiça social seria um meio de otimizar o desempenho econômico.

Harvey refuta também mitos relativos à globalização ao mencionar que tal processo é forte o suficiente para impedir qualquer autonomia relativa às iniciativas locais ou particulares de criar processos próprios de urbanização, ao mencionar que a globalização é um processo histórico-geográfico desigual, que constantemente cria espaços para tais movimentos locais.

Ele não concorda com a idéia de que a solidariedade comunitária pode prover a estabilidade e a força necessária para amenizar os problemas urbanos e a comunidade possa substituir as políticas públicas, porque para ele as comunidades são instáveis e, quando adquirem consistência, tornam-se freqüentemente opressivas e causas de conflitos.

Harvey, ao se referir aos movimentos migratórios, explica: as cidades que não souberem se adaptar às diversidades, aos movimentos migratórios, aos novos estilos de vida e heterogeneidades políticas, econômicas religiosas e de valores, não serão passíveis de desenvolvimento, sendo abaladas por conflitos violentos “*A definição de políticas que saibam lançar pontes entre as múltiplas heterogeneidades sem reprimir as diferenças é um dos maiores desafios para a urbanização do século XXI*”.(Harvey, 2002, p.8)

O último mito do pensamento urbano que Harvey refuta é o de que as cidades são antiecológicas, pois para ele as formas de projeção urbana inspiradas numa vida de alta densidade habitacional são a única via para uma forma de civilização mais ecologicamente sensível no século XXI.

Ao observar o mundo como em constante processo de mudança, fruto do desenvolvimento das relações sociais, políticas e econômicas e o processo de urbanização como fato incontestável, e com desdobramentos futuros, Harvey (2002) propõe que:

Para que tenha um mínimo de sentido a retórica em torno da idéia de deixar um ambiente habitável para futuras gerações, temos o dever de investir na pesquisa coletiva e mesmo pública para entender como se pode alcançar – nas condições atuais – um processo de urbanização justo e ecológicamente sensível. Essa discussão não pode se fiar em sonhos mortos ressuscitados do passado. Deve construir sua própria linguagem, uma poética própria para discutirmos os futuros possíveis num mundo em rápida urbanização caracterizado por um desenvolvimento geográfico desigual. Só assim poderemos semear as possibilidades de um modo urbano civilizatório.(Harvey, 2002, p.8)

1.2- Urbanização brasileira

Os clássicos refletem sobre o urbano em sociedades de capitalismo mais avançado, ou seja, os países tidos como economicamente mais desenvolvidos. Santos (2003) exemplifica a necessidade de uma revisão teórica de aplicação dos conhecimentos clássicos nos países em subdesenvolvimento ao falar sobre a aplicação da teoria dos pólos de desenvolvimento nos referidos países:

“A aplicação da teoria dos pólos de desenvolvimento aos países subdesenvolvidos levanta a questão de se o espaço pode ser descrito indiscriminadamente nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos. A maior parte dos analistas e planejadores do espaço agem como se as teorias elaboradas a partir de realidades ocidentais pudessem ser transpostas para o Terceiro Mundo. Tal posição se baseia na premissa de que o Terceiro Mundo é um “mundo em desenvolvimento” – isto é, esteja em um estado transitório, que progride em direção àquilo que os países desenvolvidos são hoje. (Santos,2003, p. 170)

A citação acima ilustra a necessidade de se olhar o processo de urbanização brasileiro, que acontece num novo contexto mundial, quando comparada com os países mais avançados, utilizando os conhecimentos clássicos, mas complementando-as com teorias mais recentes, permitindo assim uma maior compreensão de tal processo.

Diante da realidade de um Brasil essencialmente agrário, Santos (2005) aponta o Recôncavo Baiano, a Zona da Mata Nordestina como locais pioneiros no que diz respeito ao ensaio de um processo de urbanização. Ele menciona, no entanto, que é partir do século XVIII que o processo de urbanização brasileiro começa a se desenvolver. Mas foi necessário mais de um século para que esse processo ganhasse maturidade, e mais um século para que ele adquirisse as características que conhecemos hoje.

O processo de urbanização no Brasil não se deu de maneira homogênea em todo território nacional – assim como outros tantos processos – dada a vasta extensão territorial do país e as diferentes realidades observadas Maricato (2000) reconhece que, mesmo se dando essencialmente no século XX, portanto concordando com Santos (2005), o referido processo conserva muitas raízes da sociedade patrimonialista e clientelista, próprias do Brasil pré-republicano: aponta algumas características gerais deste processo, como a industrialização com baixos salários e com a necessidade de uma política de habitação que fosse acessível à toda população. Outra característica apontada pela autora é que as gestões urbanas, têm uma tradição no investimento regressivo, ou seja, ao invés de priorizar o caráter público e social dos investimentos, tais recursos são empregados de maneira a atender interesses de grupos específicos. Uma outra característica é a falta de uma legislação clara, desprovida de ambigüidades e arbitrariedades.

Faria (1991) trata das particularidades do processo de urbanização brasileira ao mencionar que:

“... entre 1945 e 1980 a sociedade brasileira conheceu taxas bastante elevadas de crescimento econômico e sofreu profundas transformações estruturais. Ficou para trás a sociedade predominantemente rural, cujo dinamismo fundava-se na exportação de produtos primários de base agrícola, e emergiu uma complexa e intrigante sociedade urbano-industrial. Complexa porque marcada pelos processos que constituíram, entre nós, uma das maiores economias contemporâneas. Intrigante porque, afora sua complexidade e seu tamanho, essa economia de base urbana e industrial localizada na periferia da economia mundial crescentemente internacionalizada esteve – e está – longe de apresentar as características das sociedades industriais avançadas, mesmo quando aquelas encontravam em níveis comparáveis de desenvolvimento de suas forças produtivas: pode se tratar de um mesmo gênero, mas é, definitivamente uma nova espécie.”(Faria, 1991, p. 102-103)

A idéia defendida por ele reforça a tônica de que, num dos momentos mais importantes da urbanização brasileira acontecia também outros processos, em escala global, que resultava em uma urbanização dotada de especificidades.

Até os anos 70, a dinâmica econômica brasileira favoreceu o processo de concentração econômica em pólos, que se localizavam principalmente na região Sudeste, mais precisamente no estado de São Paulo, mesmo que com indícios de uma possível e futura desconcentração das atividades industriais. A partir dessa data teve início no Brasil uma reestruturação produtiva que alterou em muito a configuração e as tendências de desenvolvimento. Santos (2005) também reconhece os anos 70 como o momento de uma nova fase no processo de industrialização brasileira ao mostrar que: *“A partir dos anos 1970, o processo de industrialização alcança novo patamar, tanto do ponto de vista quantitativo, quanto do ponto de vista qualitativo”* (Santos, 2002, p.30)

A reestruturação dos espaços urbanos, rurais e regionais no Brasil acontece a partir dos anos 70, e o debate acerca do tema deve ser pensado em conjunto com o processo de desconcentração das atividades econômicas. Essa tendência se mostra presente no estado do Rio de Janeiro com mais fôlego a partir dos anos 80, pois até então a economia estava concentrada na região metropolitana, sobretudo na cidade do Rio de Janeiro, sendo importante elemento para a desconcentração das atividades econômicas de grande porte em outras regiões do estado, como a atividade petrolífera na Bacia de Campos.

Pacheco (1999) faz uma reflexão dotada de algumas ressalvas para esse processo de reestruturação produtiva ao sugerir que:

...ainda que o processo de desconcentração industrial do país continue sendo determinado por um conjunto muito amplo de condicionantes, e tenha uma dimensão nada desprezível de

componentes tradicionais de custo e de incentivos, dentro de uma estrutura industrial que continuará a ter peso elevado em segmentos do velho complexo metal-mecânico-químico, é preciso estar atento para os novos determinantes postos pelo avanço da reestruturação produtiva. De fato, como revela a experiência internacional, esses processos de reestruturação tendem a apresentar impactos negativos nada desprezíveis sobre espaços anteriormente industrializados. Se a tendência principal é de maior desigualdade, os poucos casos nos quais se assiste à redução dos desequilíbrios regionais têm sido muito mais decorrência de queda do nível de atividade de regiões prósperas do que do efetivo crescimento das áreas atrasadas. É o que os estudos da OCDE identificam como *negative regional re-balance*, fenômeno muito similar ao que se assiste hoje no Brasil, em que as melhorias nos desequilíbrios regionais são decorrência dos efeitos negativos da reestruturação e da abertura comercial nas áreas mais industrializadas, notadamente em São Paulo (Pacheco, 1999, p.39-40)

Apesar das ressalvas, ele acredita que haverá uma continuidade na tendência de desconcentração econômica no Brasil, ainda que de forma menos intensa em função do menor investimento agregado, com perdas da região metropolitana de São Paulo e também do estado do Rio de Janeiro. Em paralelo, essa trajetória deve vir acompanhada de aumento da heterogeneidade no desenvolvimento interno das regiões brasileiras, com o surgimento de ilhas de produtividade em quase todas as regiões, crescimento relativo maior das antigas periferias nacionais e importância maior do conjunto das cidades médias.

Patarra (1999) descreve o papel dos mais importantes centros urbanos, sejam eles nacionais e regionais nesse novo cenário ao registrar que: “... o crescimento urbano no período pós 80 foi marcado por acentuadas alterações na estrutura ocupacional, com aumento das desigualdades sociais e precarização das relações de trabalho, com crescentes e variadas modalidades não organizadas de emprego e redução do trabalho formal” (Patarra, 1999, p.27)

Na verdade, essa problemática suscitou um debate entre visões até certo ponto antagônicas: uma que considera a descontinuidade do processo de desconcentração, e a outra que defende a idéia de continuidade desse processo se inserem num contexto internacional em profunda reconfiguração. No entanto, cada caso preserva suas especificidades marcadas pelos processos histórico de desenvolvimento da sociedade inclusiva.

Essas mudanças não são exclusividade do Brasil, mas todo o contexto internacional se reconfigura. Assim, a inserção do país nessa nova realidade acontece de maneira diferenciada, acentuando as desigualdades, com maior diferenciação inter e também intra-regionais.

Como característica dessa diferenciação é verificado um crescimento das cidades médias brasileiras, fruto principalmente do fluxo migratório. Serra e Andrade 2001 consideram cidades médias como sendo o conjunto de centros urbanos (não-capitais e não metropolitanos) com população entre 100 e 500 mil habitantes, segundo o Censo 91; para os autores, o fator principal responsável por esse crescimento foi a migração, logo um de seus objetivos no trabalho é analisar como se dá a absorção do imigrante no mercado de trabalho nas cidades médias.

Foram considerados imigrantes aquelas pessoas com menos de 10 anos de residência no município. Mediante utilização de dados do censo 91 e da contagem 96 mostram que as cidades médias absorveram mais imigrantes que as metrópoles (56,9% e 43,1% respectivamente), a fim de comprovar a importância dessas cidades como centros de atração populacional e como o perfil da população desses centros foi alterado com a chegada desses imigrantes, os autores buscam verificar como foi a integração desses imigrantes nos mercados de trabalhos das cidades médias.

Para tal objetivo foram utilizadas três variáveis: taxa de ocupação, salário e posse de carteira assinada. Como o tempo de residência é uma variável que influencia as variáveis escolhidas, pois quanto maior o tempo de residência maior a chance de inserção no mercado de trabalho, os autores tiveram o cuidado metodológico de restringir as análises aos imigrantes recentes, ou seja, as pessoas com tempo de residência de até 5 anos.

Como resultado, foi verificado que as cidades médias nordestinas são as que apresentam o mais baixo nível de rendimento e também o menor percentual de imigrantes com rendimento acima de 10 SM.

Os autores relacionam ainda a situação dos imigrantes à dos naturais nas cidades médias e também nas regiões metropolitanas e mostram que, no que diz respeito à rendimento, enquanto nas primeiras há pouca diferença entre imigrantes e naturais nas regiões metropolitanas há uma maior concentração de naturais na linha da pobreza – com rendimento até 2,5 SM – e maior participação dos mesmos na classe com rendimento acima de 10 SM. Esse fato reflete, segundo os autores, uma maior discriminação do imigrante ante o nativo, traduzida pelos diferenciais de rendimento.

Muitas das diferenças encontradas pelos autores no que diz respeito à taxa de ocupação e posse de carteira de trabalho de imigrantes e naturais nas cidades médias e regiões metropolitanas podem se originar de diferenças na qualificação desses dois grupos. Assim, maiores salários em determinada cidade pode não significar maior dinamismo econômico, mas que para essa cidade se dirigiu um grupo bem seletivo de imigrantes, como consequência, por exemplo, da inserção de um grande empreendimento industrial⁵.

⁵ Caso da indústria de petróleo em Macaé, que apesar de se configurar como área de atração populacional como ainda será tratado, atrai principalmente um grupo específico de pessoas.

Objetivando uma análise mais refinada da influência da qualificação na inserção do imigrante no mercado de trabalho, os autores subdividiram esse segmento em três grupos: Origem rural e não-qualificados: pessoas com menos de 5 anos de residência, entre 20 e 45 anos, menos de 4 anos de estudo originário de áreas rurais; Origem urbana e não-qualificados: Origem urbana e não qualificados, mas com originário de áreas urbanas e; Origem urbana e qualificados: pessoas com menos de 5 anos de residência, entre 20 e 45 anos, com mais de 12 anos de estudo originário de áreas urbanas.

Para os grupos 1 e 2 os autores indicam que os de origem urbana tem uma maior colocação do mercado de trabalho, provavelmente proporcionado por sua maior desenvoltura, experiência e/ou cultura adquiridos; e que os de origem rural têm maior taxa de ocupação. Esse fato se deve aos diferentes limites críticos salariais, ou seja, enquanto os imigrantes não qualificados de origem urbana não aceitam trabalhar por um valor baixo e preferem permanecer desempregados, os de origem rural aceitam.

Para o grupo de origem urbana e qualificados, todos os indicadores apontavam uma melhor inserção desses imigrantes e que nas RM's os números indicam maiores rendimentos para esse grupo.

Na conclusão do trabalho, os autores mostram o quanto o fenômeno do crescimento das cidades médias é recente, ao mencionar que:

Nessa etapa da investigação ainda não se dispõe de elementos teóricos e empíricos para explicar seguramente os fundamentos que tornam, comparativamente, as cidades medias mais receptivas ao imigrante não qualificado de origem urbana e as regiões metropolitanas mais receptivas àqueles imigrantes não qualificados de origem rural. (p.210)

Capítulo 2 – Norte Fluminense

2.1- História e ocupação

Em 1976, o IBGE cria o conceito de mesorregiões homogêneas, apoiado na Teoria Geral dos Sistemas, derivadas da agregação de microrregiões e com objetivo de aprimorar a divulgação de dados sem o risco de individualização das informações, para subsidiar as políticas de planejamento. Foi utilizado como critério a homogeneidade de alguns setores básicos das atividades econômicas e indicadores de desenvolvimento.

Em 1989, o IBGE revê a divisão em mesorregiões e microrregiões, utilizando novos conceitos, pois no período de 1976 a 1989 o país passou por mudanças socioeconômicas e também institucionais. Era necessário observar e rever a divisão regional frente a essas mudanças. Magnago (1995) faz uma análise sobre os critérios adotados em 1976 e 1989:

Diferentemente do modelo anterior (o de 1976) que partira da agregação de áreas segundo critérios de homogeneidade, a metodologia adotada nesses estudos apoiava-se na noção de totalidade nacional, tomando as Unidades de Federação como universo de análise. Através do modelo de divisão sucessiva desses espaços – as UFs – identificaram-se, posteriormente, as mesorregiões e microrregiões que passaram, então, a ter denominação de geográfica no lugar de homogêneas. (Magnago, 1995, p.85)

A divisão em mesorregiões passa então de homogênea para geográfica, podendo-se supor que essa mudança não é apenas unicamente fruto do amadurecimento do pensamento geográfico sobre o tema. Ela reflete também a necessidade de uma escala que permita enxergar os diversos processos ocorridos, e em curso, como a emancipação de municípios,

possíveis reestruturações produtivas, e como estes processos têm impacto na economia regional e nacional.

O estado do Rio de Janeiro é composto de seis mesorregiões – Mapa 1 – cada uma delas com características históricas e econômicas próprias e distintas, apresentando portanto, perfil socioeconômico distinto, dada suas potencialidades e características geográficas, tendo como características de seu desenvolvimento econômico a concentração de suas atividades, sobretudo em sua Região Metropolitana. Conforme mencionam Oliveira e Natal 2004: “... a economia fluminense apresenta elevada polarização em torno do município do Rio de Janeiro (sede do estado), pois parte expressiva das unidades de negócios está localizada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e nas regiões adjacentes...” (p.8).

No entanto, a partir dos anos 80, esse estado encontra-se em uma situação de crise e somente viria a apresentar sinais de recuperação a partir de meados dos anos 90. Esse quadro é analisado por Ajara (2005):

A perda nas últimas décadas, de dinamismo econômico do estado do Rio de Janeiro, a possibilidade de reversão desse quadro, bem como a superação das profundas assimetrias sócio-espaciais existentes, resumem a problemática recente e alimentam uma discussão que transita do passado, no qual se buscam as raízes dos problemas identificados, passa pelo presente da nova dinâmica econômica e dos benefícios que pode trazer ao estado, em razão de suas características de região urbana importante, e vai ao futuro, considerando os rumos possíveis de crescimento em face de perspectivas de investimentos ligados ao eixo dinâmico da economia contemporânea. (Ajara, 2005, p.5)

Esse momento de reestruturação produtiva fluminense acontece a partir de uma nova realidade, onde verifica-se, segundo este autor, uma desconcentração econômica da região

metropolitana. Assim sendo, nesse novo contexto, as regiões assumem um novo papel no processo de desenvolvimento, mencionado por Diniz (1995):

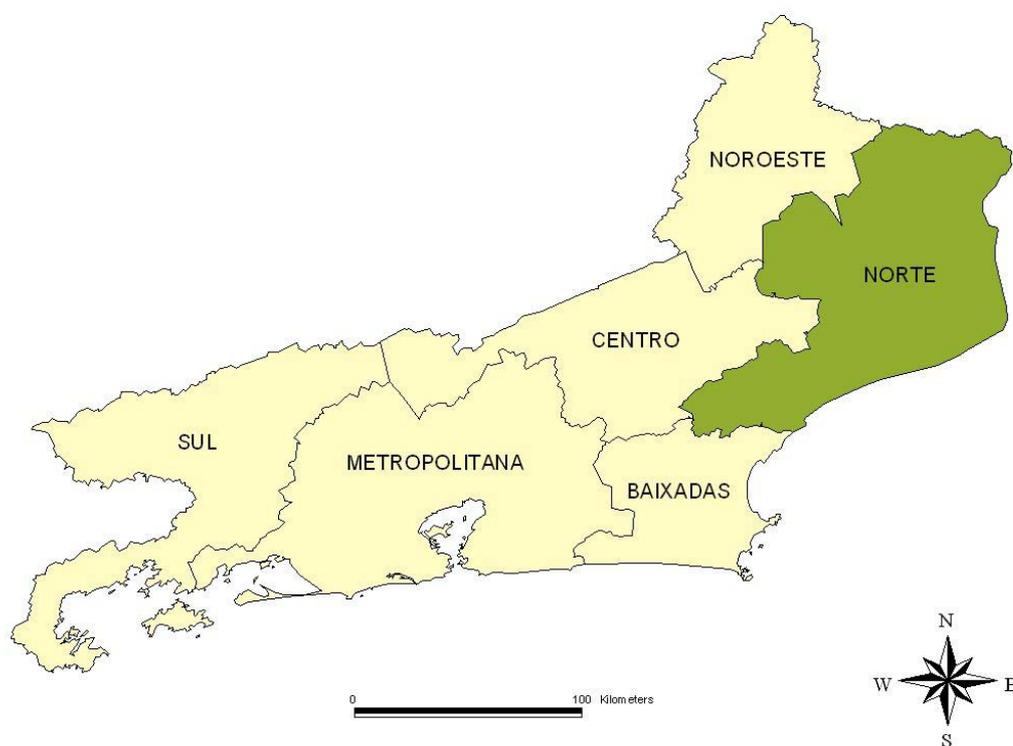
As novas regiões têm de entrar na disputa do mercado nacional, cujo êxito está relacionado com as vantagens relativas de cada uma. Desse modo, as alterações de estrutura produtiva, decorrentes de mudanças técnicas e de composição da demanda, alteram a posição relativa das regiões, segundo suas condições objetivas e os diferentes requisitos locacionais de cada setor.”(Diniz, 1995, p.7)

Este capítulo trata da formação histórica e econômica da Região Norte Fluminense, e de maneira mais focada, da cidade de Macaé, que vem passando por intensas transformações nas últimas décadas, fruto de da descoberta de Petróleo na Bacia de Campos.

A Região Norte Fluminense é atualmente composta por 9 municípios: Campos dos Goytacazes, São João da Barra, Macaé, São Fidélis, Conceição de Macabú, Quissamã, Cardoso Moreira, Carapebus e São Francisco do Itabapoana. Os mais antigos, Campos do Goytacazes e São João da Barra, se emanciparam do município de Cabo Frio em 1676, os demais municípios da região se derivam destes dois , com exceção de Macaé, formado a partir de terras não só de Campos dos Goytacazes, mas também de Cabo Frio.

Por fatores históricos, a região estudada possui uma identidade já consolidada muito antes de ser delimitada como mesorregião Norte Fluminense. Tal consolidação é fruto da presença de uma atividade econômica, a cana-de-açúcar, importante elemento que contribuiu para a formação cultural e social da região.

Cartograma 2.1 – Estado do Rio de Janeiro – Mesorregiões



Fonte: IBGE
Elaboração do autor

2.1.1 - A influência da cana-de-açúcar no Norte Fluminense

A ocupação da Região Norte Fluminense, a partir da primeira metade do século XVII, se deu com um objetivo específico, atribuindo para esse espaço uma função definida. A referida função foi a de instalar currais para suprir os senhores dos engenhos da Guanabara com gado bovino para transporte e moagem de cana.

Em meados do século XVIII a implantação da cana-de-açúcar viria a iniciar não apenas uma atividade econômica, mas também uma função que desempenharia papel fundamental na organização socioeconômica na região. Nesse momento a produção de cana

na região era realizada por inúmeras pequenas propriedades, enquanto na Guanabara a produção estava atribuída a um número restrito de grandes produtores.

Durante os séculos XIX e XX, alguns fatores contribuíram para o progresso da atividade canavieira. Foi necessário lançar mão de algumas estratégias para diminuir os custos de produção, as propriedades rurais passaram a estar mais concentradas – como na Guanabara – e com a modernização da produção foi inserido o engenho a vapor, que culminou na criação das usinas:

É muito importante frisar que também nesta época iniciou-se o subvencionismo estatal que iria marcar a política nacional para o setor açucareiro e alcooleiro durante um século. A política crescente de subsídios aos usineiros culminou com a criação, em 1933, do Instituto do Açúcar e Alcool (IAA), quando a intervenção federal passou a ter um caráter permanente. A política do IAA variou de acordo com a circunstância e a região do Brasil.

Para o Norte Fluminense, sua atuação, em conjunto com o estatuto da lavoura canavieira, promulgado em 1941, manteve os fornecedores de cana e conciliou o atraso tecnológico e a baixa produtividade da agroindústria regional com a modernidade de usinas em outros Estados, principalmente São Paulo. Em um contexto de “decolagem” da industrialização brasileira, a grande expansão dos espaços canavieiros, principalmente a partir da década de 1950, em contraste com a permanência e o atraso do Norte Fluminense, provocou a perda de expressividade da economia canavieira da região em escala nacional e macroregional. (Barbosa, 2003, p. 114).

O processo de modernização não ocorreu de maneira homogênea em todo território nacional: em algumas áreas como a Região Centro-Sul do país a modernização ocorreu de maneira mais intensa. No Norte Fluminense, a modernização não ocorreu com tal destreza. Graças à modernização subsidiada, o setor açucareiro passou a ser sucro-alcooleiro.

Um fator de diferenciação, e também de pioneirismo dos usineiros paulistas, foi a maior preocupação com o aumento da produtividade e com a modernização das instalações.

Esses fatores fizeram com que a economia canavieira paulista alcançasse em 1955 a liderança nacional, Barbosa 2003 afirma que:

O Norte Fluminense, que já possuiu expressividade nacional, nem mesmo no conjunto do centro-Sul poderia ser atualmente considerado central ou de destaque. Sublinha-se o fato de que mesmo essa análise regional precisaria ser mais restrita a meso e micro escalas, principalmente quando se trata dos espaços nordestino e paulista, contendo áreas que apresentam cada qual suas especificidades. (Barbosa, 2003, p. 124)

A Região Norte Fluminense possuía em 1930, um total de 32 usinas de açúcar e álcool. Em 2000 esse número caiu para 12 e algumas dessas operavam com considerável ociosidade⁶. Essa redução é fruto da falta de modernização, que levou à estagnação da atividade sucro-alcooleira por longo período.

A economia do Norte Fluminense baseada na atividade açucareira apresentava como principal pólo o município de Campos dos Goytacazes, configurando os demais municípios como periféricos, tanto em produção como em número de usinas, excetuando São João da Barra que contava com a pesca e o turismo. Essa estrutura econômica se refletia também na estrutura organizacional do Norte Fluminense, pois o município de Campos era visto não apenas como pólo econômico, mas também como principal mercado consumidor da região e por concentrar a maior população.

Não podemos deixar de citar que, no passado, Campos possuía representatividade nacional no campo intelectual e cultural. Esta representatividade pode ser apontada como um dos frutos da atividade canavieira tradicional.

⁶ Consorcio Universitário de Pesquisa da Região Norte Fluminense. Boletim Técnico nº 07: A Evolução do Emprego Formal na Região Norte Fluminense: Uma análise do período 1997-2001.

2.1.2 – O surgimento do Petróleo

Simultaneamente com a trajetória da cana-de-açúcar em 1974 o futuro da região ganhava novas perspectivas com a descoberta de Petróleo na plataforma continental da Bacia de Campos. Esse fato deve ser visto como marco, pois representa o início de uma reestruturação sócio-espacial na Região Norte Fluminense.

Com a descoberta, a Petrobrás decide na década de 70 instalar na cidade de Macaé uma base terrestre de operações. Diante disso, outras empresas, particulares, inclusive multinacionais, prestadoras de serviço passam também a montar sedes na cidade. Piquet (2004) aponta as razões logísticas que levaram a Petrobrás se instalar em Macaé:

Quando nos anos 1970 é descoberto petróleo na plataforma continental da Bacia de Campos, a Petrobras elege por razões logísticas a cidade de Macaé como sua base de operações para extração do petróleo *offshore*, embora Campos dos Goytacazes fosse a principal cidade regional. Águas abrigadas, proximidade dos poços então em fase de pesquisa, maior proximidade com o porto do Rio de Janeiro, o que facilitava o transporte dos pesados equipamentos industriais e da mão-de-obra envolvida são as razões apontadas para essa localização. São, portanto, questões de ordem natural e logísticas que determinam a localização da principal base de operações da empresa na região. (Piquet, 2004, p. 7)

Devemos observar que, em escala regional Campos dos Goytacazes gradativamente perdeu seu posto de núcleo, com a deterioração da atividade canavieira. No entanto, a região assistia o despontar de uma nova atividade como um novo pólo gerador de empregos, a indústria extrativa mineral, que tinha como local de sua base de operações a cidade de Macaé. A inserção da indústria petrolífera no cenário regional representa uma nova dinâmica de desenvolvimento, baseada na transição das principais atividades econômicas:

... o núcleo tradicional do Norte Fluminense polarizado pelo município de Campos dos Goytacazes, ainda dominado pela economia sucro-alcooleira, cujo enxugamento em termos de unidades industriais e de produção (produz hoje, metade do auge da década de 80) reduziu o volume de negócios e fechou cerca de 25.000 postos de trabalho; e a região do petróleo, polarizada por Macaé, que se estende pelo seu entorno em direção à região dos Lagos, ou da Baixada Litorânea, que sedia o complexo extrativista, com cerca de 40.000 empregos diretos na Petrobras, nas empresas subcontratadas e nas fornecedoras de bens e serviços ao complexo. (Cruz, 2004, p. 10)

O autor nos mostra como o surgimento da atividade petrolífera ocorre quando a indústria sucro-alcooleira já não apresenta mais o mesmo vigor econômico, e se mostrava incapaz de manter os postos de empregos existentes e menos ainda de aumentar o número de empregos. Esse momento pode ser caracterizado como de transição de ciclos econômicos, pois revela a estagnação/decadência da indústria sucro-alcooleira e o aparecimento de uma nova atividade econômica. Isto foi capaz de proporcionar desenvolvimento para uma Região até então sem perspectivas econômicas consolidadas para longo prazo.

O surgimento de uma atividade econômica promissora que utiliza tecnologia de ponta, numa região caracterizada pela monocultura canavieira tradicional traz impactos na dinâmica de desenvolvimento. Cria novas perspectivas na população de Macaé, do Norte Fluminense e em todas as pessoas, independente de localização geográfica, que vêem possibilidade de se inserir na cadeia produtiva do petróleo. A presença da indústria petrolífera em Macaé gera, em toda a Região Norte Fluminense, mudanças em sua realidade espacial, social, política e econômica.

O Norte Fluminense passa por um processo de reordenamento territorial, a partir da década de 80, o que resulta na criação de quatro novos municípios⁷: Quissamã (emancipado de Macaé em 1990), Conceição de Macabú (emancipado de Campos em 1993), Carapebus (emancipado de Macaé em 1997) e São Francisco do Itabapoana (emancipado de São João da Barra em 1997). Sobre a criação dos novos municípios do Norte Fluminense, (Piquet 2003) menciona que:

Após 1990 foram criados 5 municípios, sendo 2 em áreas das antigas usinas de Carapebus e Quissamã. Pelos dados apresentados anteriormente, dos 10 municípios que mais recebem royalties no país, 8 estão localizados no norte fluminense e suas lideranças percebem que uma atuação isolada e um comportamento competitivo pouco lhes seria útil. A defesa de seus interesses dá então ensejo à criação da Organização dos Municípios Produtores de Petróleo e Gás e Limitrofes da Zona de Produção Principal da Bacia de Campos – Ompetro, formada no ato de sua criação pelos municípios de Armação de Búzios, Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Carapebus, Casemiro de Abreu, Macaé, Quissamã, Rio das Ostras e São João da Barra. Esse conjunto não coincide, portanto, com a região de governo referida como “Norte Fluminense”, que corresponde a um recorte regional anterior, que toma como referência a produção sucroalcooleira. (Piquet, 2003, p.8)

Segundo a autora, o petróleo representa elemento essencial na estrutura organizacional dos municípios, onde alguns municípios do Norte Fluminense buscam novas alianças, fora da mesorregião, na defesa de interesses comuns.

O encerramento do ciclo da cana (atividade predominantemente rural) e surgimento do ciclo do petróleo (alocada no espaço urbano) provoca mudança na dinâmica de desenvolvimento da região, ao modificar o perfil das novas oportunidades de empregos gerados.

⁷ Antes desse momento a região era composta pelos municípios de Campos dos Goytacazes, Cardoso Moreira, Macaé, São Fidélis e São João da Barra

O mapa abaixo apresenta a Região Norte Fluminense em 2000, já com os nove municípios.

Cartograma 2.2 – Municípios do Norte Fluminense – 2000



Fonte: IBGE
Elaboração do autor

2.2 – Dinâmica Populacional da Região através de Indicadores

As mudanças ocorridas nas últimas décadas no Norte Fluminense e em Macaé desencadearam inúmeras transformações no perfil econômico, social e demográfico. Essas mudanças são identificadas por meio de dados empíricos que nos revelam o comportamento da região num período recente, com objetivo de contextualizar o comportamento da cidade

de Macaé dentro do contexto mesorregional e estadual. Para tal análise foram consideradas a estrutura etária, e o tipo de local de origem das pessoas.

Um primeiro item a ser analisado é a estrutura populacional e a dinâmica demográfica não só da área estudada, mas também de sua mesorregião e unidade de federação afim de contextualizar o que ocorre em Macaé. Quando falamos em dinâmica demográfica, o estado do Rio de Janeiro geralmente apresenta tendências que posteriormente serão observadas nos demais estados do Brasil. Esse fato ocorre devido à heterogeneidade do país, que possui regiões que estão em diferentes estágios de processos demográficos. Marangone (2001) nos fala que as disparidades socioeconômicas entre as regiões brasileiras tendem a ser ocultadas quando análises globais são realizadas; em seu trabalho, ele cita que o Nordeste é a região que apresentou os piores níveis de desenvolvimento, recebendo tardiamente progresso tecnológico, enquanto o Sudeste é a região que apresentou a mais elevada taxa de urbanização. Segundo este autor ainda, as disparidades regionais estão sendo atenuadas, pois no passado elas eram mais acentuadas.

Carvalho (2004) apresenta a trajetória da dinâmica demográfica brasileira no período 1940-1970, demonstrando que nesse período as migrações interacionais não exerciam papel significativo:

Entre 1940 e 1970 o Brasil experimentou um processo de rápido incremento demográfico, em virtude de seu alto crescimento vegetativo, não tendo as migrações internacionais exercido papel significativo. No período, a população passou de 41 para 93 milhões de pessoas, com taxa média de crescimento de 2,8% ao ano. Houve, inclusive, um aumento do ritmo de crescimento entre a década de quarenta e as duas seguintes, quando a taxa média anual passou de 2,4% para 3,0% e 2,9%, respectivamente. (Carvalho, 2004, p.5)

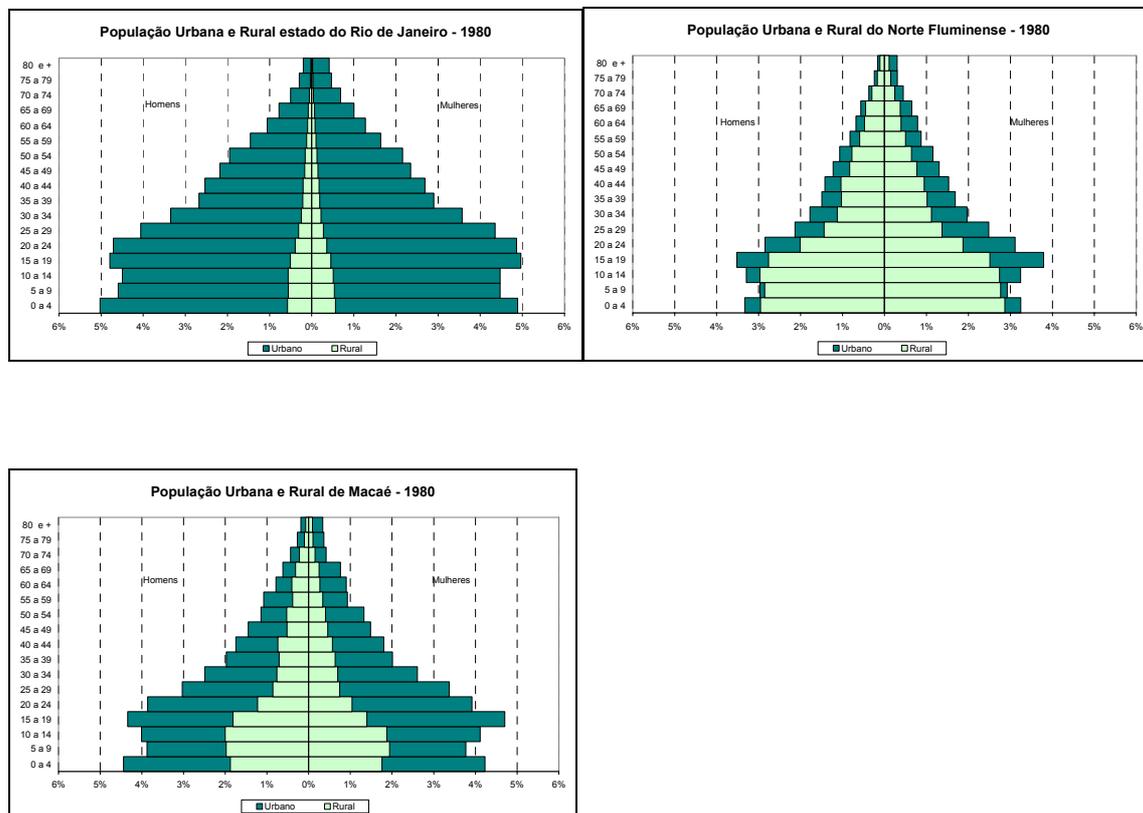
Esse aumento populacional é, segundo o autor, fruto da evolução diferenciada dos outros componentes demográficos, a fecundidade e a mortalidade. Enquanto taxa de fecundidade total se eleva, a taxa bruta de mortalidade apresentava decréscimo, resultando num alto crescimento vegetativo.

Patarra (1997) confirma a diminuição da migração internacional ao mencionar que *“O período 1930-1950 apresenta uma expressiva diminuição da participação dos movimentos migratórios internacionais: de 835mil pessoas para os anos de 1921-1930, a imigração decresce para 285 mil e 130 mil, respectivamente, nas décadas de 40 e 50 do século passado”*(p.17). Esta autora nos fornece ainda um panorama sobre as migrações internas:

Esse processo [a diminuição dos movimentos migratórios internacionais] foi acompanhado de um ciclo de migrações internas que, durante mais de três décadas, fornece mão-de-obra para as áreas de concentração econômica; isso foi possível porque o crescimento da população brasileira caracterizou-se, após 30, por um forte crescimento vegetativo e amplos deslocamentos populacionais rumo às cidades, que teve o papel de viabilizar um modelo de desenvolvimento espacialmente concentrado, com um mercado urbano relativamente reduzido, apoiado em amplos recursos naturais e na extrema pobreza da população rural. (Patarra, 1997, p.17)

Como podemos observar, nesse momento da história, as migrações internacionais estavam em baixa, ao passo que as migrações internas ganhavam importância, esse fato deve ser visto de maneira relacionada com o processo de urbanização do país, sobretudo da região Sudeste, que formava um acentuado fluxo migratório.

Gráfico 2.1 – População do estado do Rio de Janeiro, Norte Fluminense e Macaé em 1980



Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 1980

Em 1980, o Rio de Janeiro já apresentava em sua pirâmide etária uma tendência à redução da fecundidade representado pelo estreitamento da base da pirâmide, tendência essa que só seria captada para a população do país no Censo seguinte, em 1991. Observando a estrutura da população quanto ao local do domicílio, é possível identificar uma grande concentração populacional nas áreas urbanas⁸. Nesse momento, enquanto a idade média para a população brasileira era de 24,6 anos, para o estado do Rio de Janeiro, a

idade média de sua população era de 27,5 anos revelando que o estado apresenta uma população menos jovem em relação à população brasileira.

Para a Região Norte Fluminense constatamos que a diminuição da fecundidade ocorreu com menos intensidade, assim como no município de Macaé. Para a Região Norte Fluminense a média de sua população era de 25,7 anos, e a idade média de Macaé, de 25,6 anos. O fato da população do Norte Fluminense e de Macaé apresentarem uma idade média mais jovem é explicado pelo menor estreitamento da base da pirâmide, ou seja, nessas áreas a queda do percentual das idades mais jovens ainda não havia ocorrido de maneira tão intensa como no estado.

Em relação ao local de domicílio, a mesorregião observada mostra uma maior equidade quando comparada com o estado. Esse fato é explicado pelas atividades agrícolas desenvolvidas nos municípios do Norte Fluminense, como a cana-de-açúcar e agropecuária. Em 1980 Macaé possuía a segunda maior população do Norte Fluminense, ficando atrás apenas de Campos dos Goytacazes, demonstrando uma maior concentração de sua população na área urbana. Ao observar a estrutura populacional da cidade e da mesorregião, é possível supor que, em 1980 havia outros municípios no Norte Fluminense com maior tendência agrícola, ou seja, municípios que ainda iriam passar por um processo de êxodo rural.

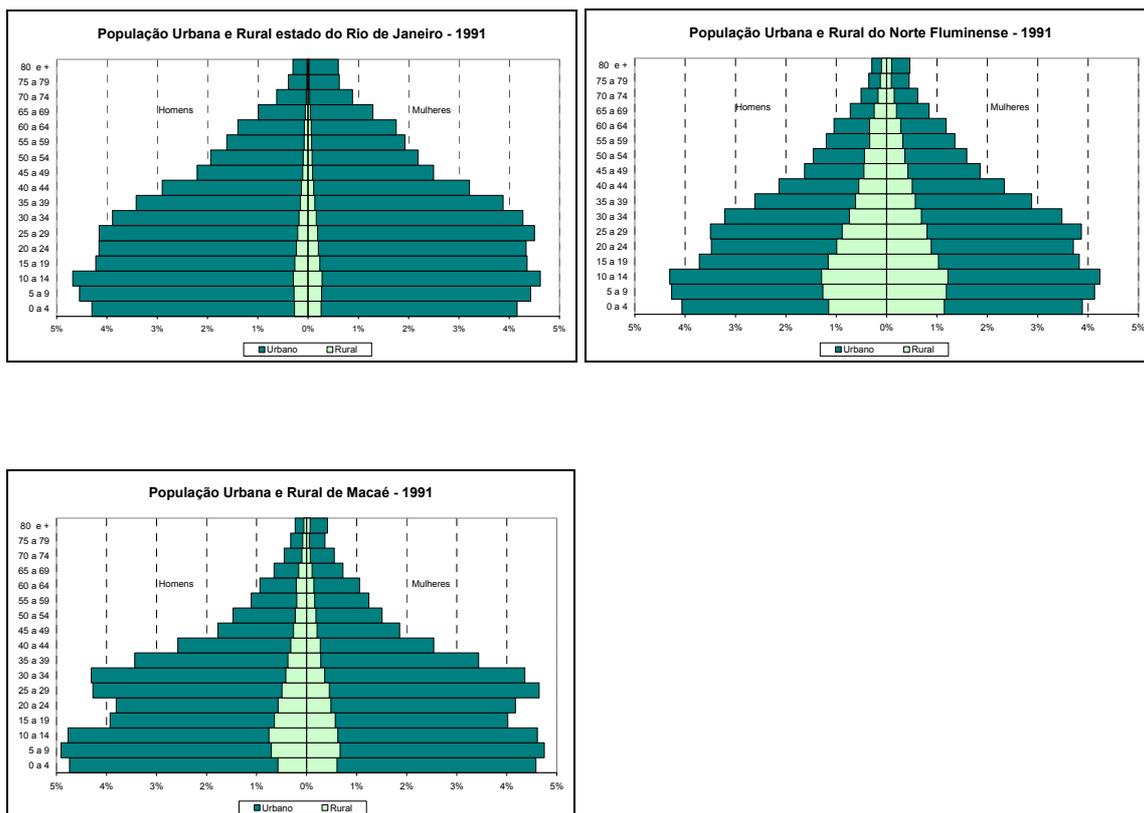
A citada diminuição da taxa de fecundidade mencionada é uma das etapas do processo denominado Transição Demográfica⁹. É uma tendência global pelos quais os

⁸ Ver nota metodológica 1

⁹ Segundo essa teoria, os países apresentam altas taxas de fecundidade e também de mortalidade, mas a partir de um momento, devido aos avanços médicos e melhoria das condições de vida, a taxa de mortalidade tende a cair. Nesse momento o país apresenta alta fecundidade com baixa mortalidade, que resulta num acelerado crescimento populacional. Num segundo momento da transição, os níveis de fecundidade também apresentam queda e o crescimento sofre uma redução. Há um terceiro momento, em que ambas as taxas – fecundidade e mortalidade – apresentam baixos níveis, que resulta num baixo crescimento vegetativo, podendo apresentar

países mais desenvolvidos já se encontram em etapa avançada em relação a outros, menos desenvolvidos, que vivem os estágios iniciais da Transição Demográfica.

Gráfico 2.2 – População do estado do Rio de Janeiro, Norte Fluminense e Macaé em 1991



Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 1991

As pirâmides elaboradas com dados do Censo de 1991 confirmam a tendência de estreitamento da base e de alargamento do meio e do topo, além do aumento da concentração da população nas áreas urbanas. Isso significa dizer que a população está envelhecendo ocorrendo também um aumento na expectativa de vida, do esvaziamento da

crescimento negativo, ou seja, diminuição da população. Essa foi uma tendência observada ao longo do tempo em diversos países, no entanto, não devemos nos esquecer de que, em cada um deles esses processos se deram de maneira particulares.

zona rural e maior densidade populacional nas cidades, Beltrão *et al* (2004) nos esclarece essa mudança demográfica:

O envelhecimento de uma população, considerado sob o ponto de vista demográfico, é o resultado da manutenção por um período de tempo razoavelmente longo de taxas de crescimento da população idosa superiores às da população mais jovem. No caso brasileiro, isso foi resultado da rápida queda da fecundidade iniciada na segunda metade dos anos 1960, que foi precedida em pelo menos 30 anos por altos níveis de fecundidade concomitante a uma queda gradual da mortalidade. A queda da fecundidade gerou uma modificação nos pesos relativos por diversos grupos etários, levando a um processo conhecido como envelhecimento pela base. A redução da mortalidade, especialmente nas idades mais avançadas, leva a que esse segmento populacional que passa a ser mais representativo no total da população sobreviva por períodos mais longos, resultando no *envelhecimento pelo topo*. Esse processo é muito mais amplo do que uma modificação de pesos de uma determinada população, uma vez que altera a vida dos indivíduos, as estruturas familiares, a sociedade etc. Altera também a demanda por políticas públicas e a pressão pela distribuição de recursos na sociedade. (, Beltrão *et al*, 2004, p.18)

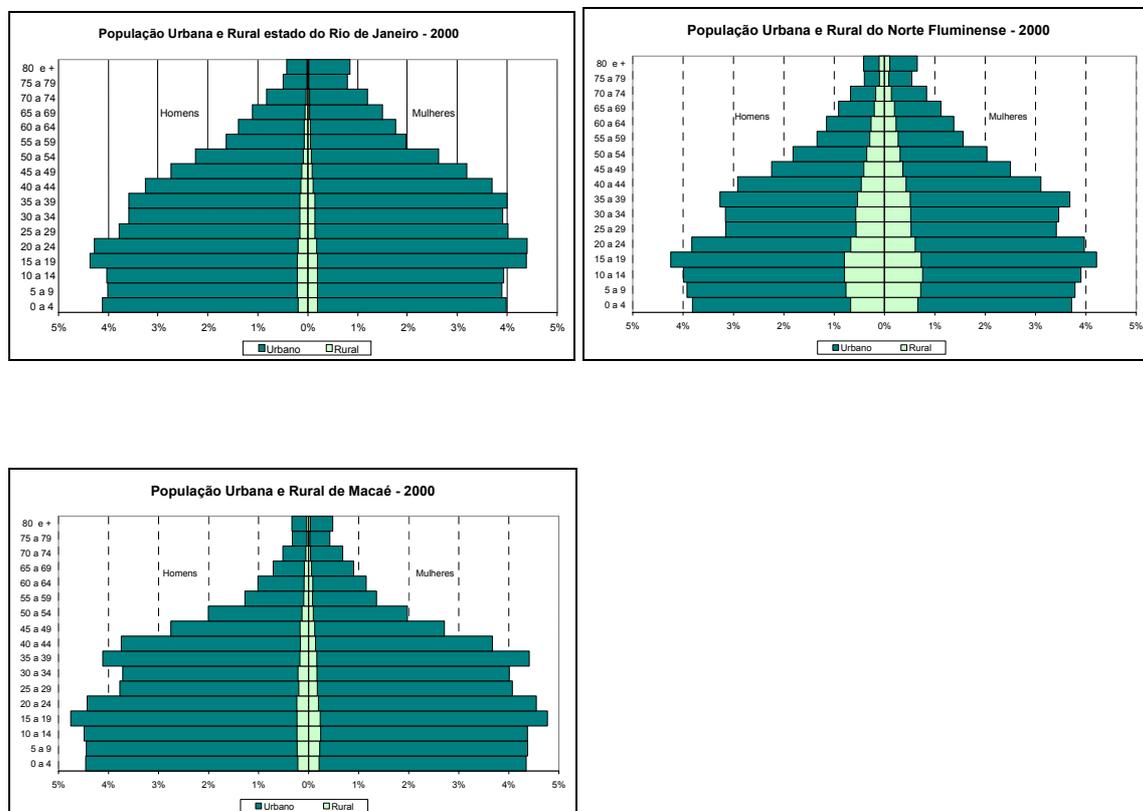
Um elemento que confirma a suposição acima é o aumento da diferença idade média da população, de 26,6 para a população do país e de 29,7 para o estado do Rio de Janeiro, ou seja, a diferença entre estado e país aumenta se comparada com os números de 1980. O Norte Fluminense apresenta nesse momento uma população com idade média de 27,9 e Macaé de 27,1. Através desses números podemos supor que, em escala estadual, a mesorregião estudada apresenta um relativo atraso em comparação com as outras cinco que compõe o estado.

Em 1991, a realidade do Norte Fluminense estava atrelada à estagnação da cana-de-açúcar, e conseqüentemente à uma estrutura agrícola tradicional, como já foi apresentado. No período 80-91 o Norte Fluminense apresentou um forte êxodo rural, mais uma

consequência da estagnação da atividade agrícola. Nesse período, em Macaé também é identificada essa tendência, porém, com menos intensidade, uma explicação para esse fato é que o êxodo rural já havia se dado com mais intensidade na cidade num período anterior a 80-91.

Somente em 1991 é observada a diminuição da base das pirâmides do Norte Fluminense e de Macaé. Esse fato já havia sido detectado para o estado em 1980. Esse é um indício de que em escala estadual a mesorregião estudada apresenta um atraso na dinâmica demográfica. Esse fato pode ser atribuído à atividade canavieira, que atuava como instrumento de fixação da população rural, enquanto nas outras mesorregiões as atividades agrícolas já não possuíam mais tal capacidade.

Gráfico 2.3 – População do estado do Rio de Janeiro, Norte Fluminense e Macaé em 2000



Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000

Em 2000, 96% da população do estado do Rio de Janeiro estava nas áreas urbanas. Nesse momento a idade média era de 31,5 anos – a do Brasil era de 28,8 anos, com 81,2 % da população em áreas urbanas – essa alta concentração nas cidades fluminenses contribuiu para agravar os problemas urbanos, como falta de infra-estrutura, falta de áreas para serem ocupadas e oferta de emprego que absorva essas pessoas, podendo propiciar o processo de favelização, ou seja, ocupação de áreas inadequadas, como encostas, sem infra-estrutura, que gera uma marginalização¹⁰ dessa população.

Nesse momento a idade média da população do Norte Fluminense era de 30,2 anos, com 85,1% concentrada nas áreas urbanas, enquanto a população de Macaé, que apresentava idade média de 28,9 anos concentrava na área urbana 94,3% de sua população. Esses números demonstram que, em 2000, a mesorregião observada apresentava ainda em seu perfil por área de residência da população (rural ou urbana) uma menor concentração nas áreas rurais quando comparado com os números do estado. Esse fato é ainda resquício da atividade canavieira que por muito tempo representou um instrumento inibidor do êxodo rural na região. Podemos afirmar que, nesse momento Macaé, que já era cenário da indústria petrolífera, apresenta uma estrutura demográfica com características mais próximas da realidade da média do estado que do Norte Fluminense, apresentando maior concentração de sua população em áreas urbanas.

Durante as últimas décadas, dado o processo de urbanização tardia e intensa vivido pelo país, sobretudo nos estados da região Sudeste, o movimento populacional chamado de

¹⁰ Muitas vezes essa população e suas necessidades, mesmo as mais fundamentais, não são vistas como alvo central das políticas públicas existentes, ficando às margens, não sendo devidamente atendidos.

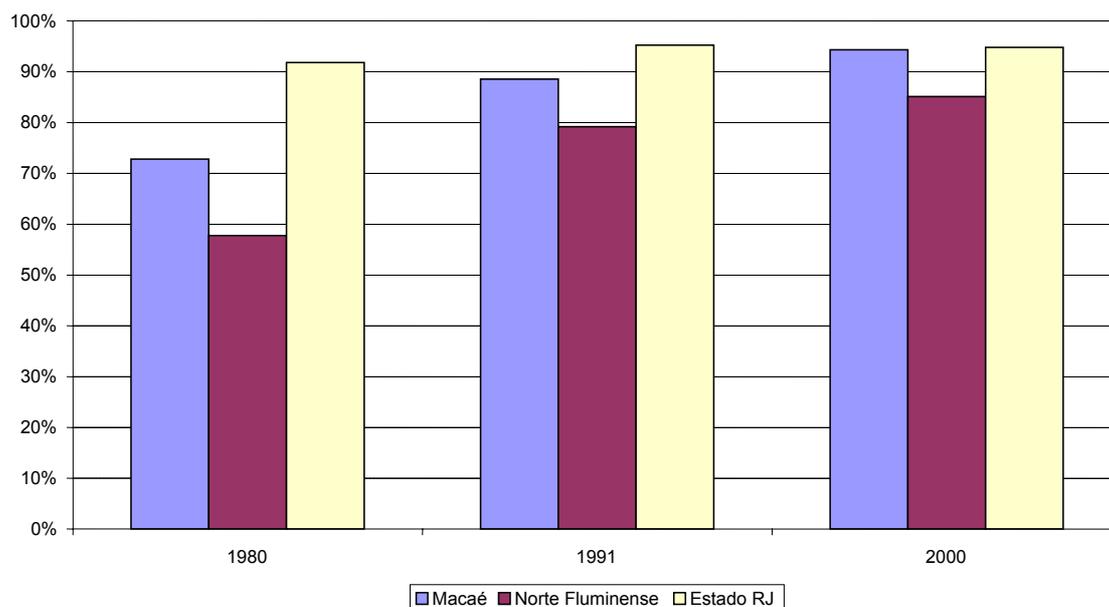
êxodo rural, impulsionado pelo crescimento das áreas urbanas que gera concentração da população nestas áreas foi constante, representado no contínuo crescimento da população urbana. Contudo, num período mais recente, alguns autores como Abramovay e Camarano (1999) observam que o êxodo rural vem se mostrando com menos fôlego em algumas regiões do país, entre elas o Sudeste:

A desruralização continua marcando a organização territorial brasileira na virada do século. Mas há diferenças regionais importantes neste sentido: se o movimento massivo e generalizado de êxodo ainda marca o Nordeste, as regiões Sudeste e Sul conhecem agora a emigração em escala bem mais reduzida que em períodos anteriores de sua história. (Abramovay e Camarano, 1999, p.19)

Como já foi dito, o estado do Rio de Janeiro apresenta comportamentos demográficos que, posteriormente, serão identificados nos números nacionais. Como foi o caso, por exemplo, da redução da base da pirâmide e o alargamento do meio e do topo, que significa o aumento do envelhecimento da população.

A tendência de concentração da população em áreas urbanas pode ser observada no gráfico abaixo, e através dele podemos visualizar que a Região Norte Fluminense passou no período 1980-1991 por um êxodo rural mais intenso que o estado, provavelmente devido à estagnação da atividade açucareira. Macaé nesse período também apresentou, se relacionado com os números estaduais, forte tendência a uma concentração de sua população na área urbana; além da estagnação da cana-de-açúcar. O surgimento da indústria petrolífera é outro fator que colabora para essa tendência, vale lembrar que as atividades petrolíferas se iniciaram em Macaé em fins da década de 70.

Gráfico 2.4 - % da População Urbana - 1980 - 2000



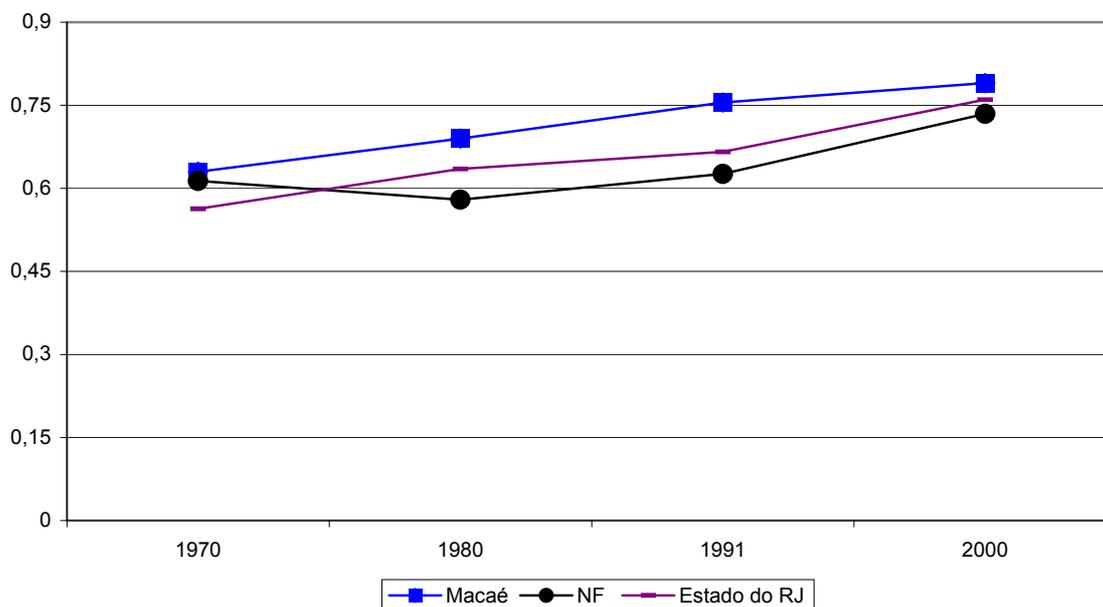
Fonte: IBGE

A concentração da população nas áreas urbanas não deve ser vista como única responsável pelo aumento da expectativa de vida da população. Segundo Marangone (2001), a expectativa de vida ao nascer para o Brasil salta de 42,6 em 1930 para 66 anos em 1991. O autor destaca dois principais motivos para esse processo: no período de 1945-60 graças ao progresso médico, e a em meados da década de 70, pela queda da mortalidade infantil.

2.3 – Características Sócio-econômicas

O gráfico abaixo nos mostra que, em 1970 a Região Norte Fluminense e também Macaé possuíam um IDH¹¹ mais elevado que os números estaduais. No período 1970-1980 a mesorregião estudada apresentou declínio, enquanto o estado e Macaé continuaram apresentando aumento, podemos supor que essa queda observada reflete as conseqüências da estagnação da cana-de-açúcar, enquanto a atividade petrolífera ainda não se apresentava de forma plena. A partir de 1980, Macaé vem apresentando o IDH mais elevado, tendo seu maior aumento no período 1980-1991, período esse em que a indústria do petróleo inicia suas atividades e se desenvolve. O IDH do estado e da mesorregião apresentam maior aumento no período posterior, ou seja, 1991-2000.

Gráfico 2.5 – Variação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - 1970 - 2000



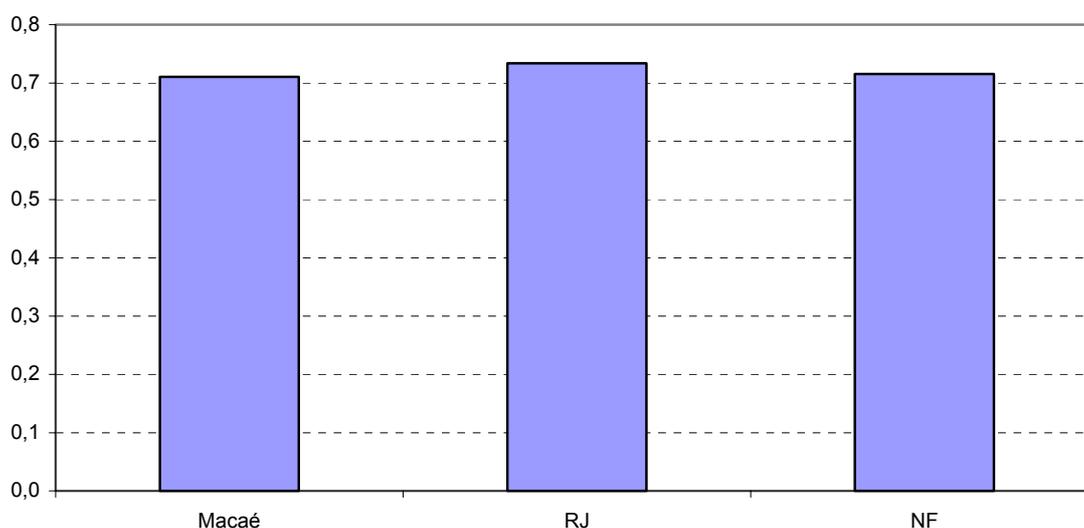
Fonte: IPEADATA

Como o IDH leva em consideração a variável renda e todos os municípios da Região Norte Fluminense são beneficiados pela política de royalties, e Macaé recebe ainda o incremento proveniente da presença das empresas que atuam direta ou indiretamente no ramo petrolífero, não causa estranheza os números do gráfico acima.

Através da disponibilidade dos dados componentes do IDH para 2000, foi possível montar um sub-índice para cada componente, demonstrado abaixo. O primeiro dos componentes observados foi a longevidade, e conforme visualizado no gráfico abaixo. Neste componente o estado do Rio de Janeiro apresentou o maior índice, em segundo lugar vem o Norte Fluminense, seguido por Macaé.

¹¹ Ver nota metodológica 1

Gráfico 2.6 – Componente do IDH: Longevidade 2000



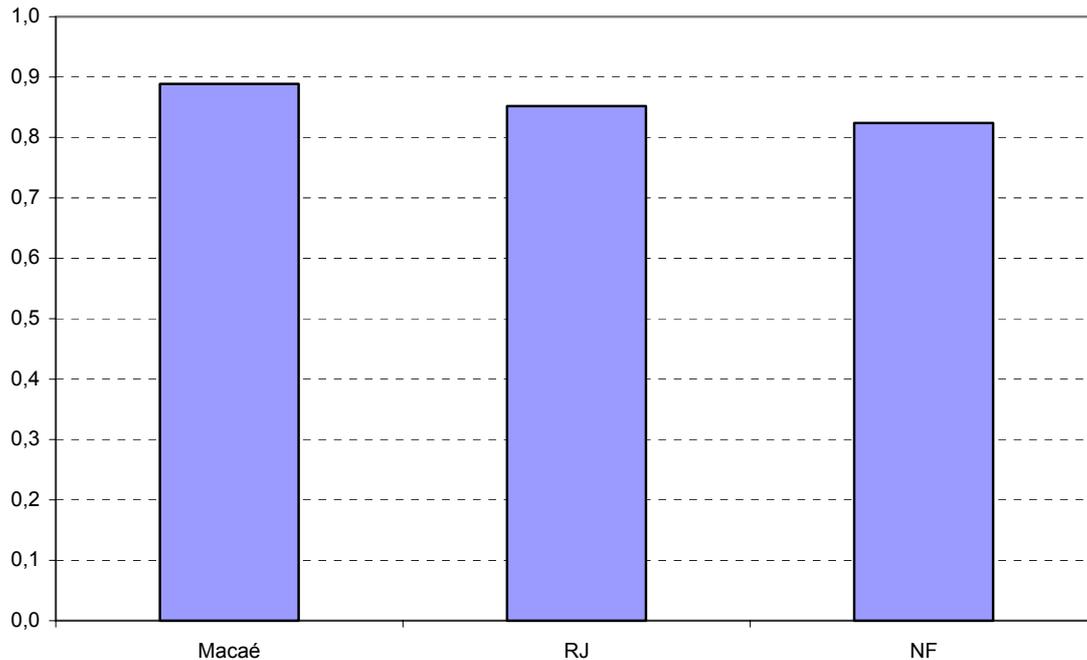
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano

Observando um outro componente do IDH, a escolaridade da população, vemos que Macaé apresenta o número mais elevado. Esse fato pode ser atribuído a dois fatores principais, o tamanho de sua população, e sua concentração na área urbana, esses dois fatores contribuem para eficácia das políticas públicas deste setor.

O estado do Rio de Janeiro vem em seguida, e o Norte Fluminense com o menor número deste índice. Para explicar essa situação, identificamos como barreiras às políticas públicas no setor de educação e a desconcentração populacional nas áreas urbanas. Tendo em vista que nas áreas rurais, a população-alvo dessas políticas está espacialmente mais dispersa, que se evidencia no Norte Fluminense. Mas em contrapartida, devemos ressaltar que a alta concentração populacional nas áreas urbanas gera uma elevada pressão por políticas públicas e muitas vezes o estado não tem capacidade de prover. Portanto, em teoria, a concentração/desconcentração populacional não deve ser vista como problema ou

solução de políticas públicas, uma vez que estas devem ser formuladas de modo a atender a todos, independente se sua localização espacial.

Gráfico 2.7 – Componente do IDH: Educação 2000

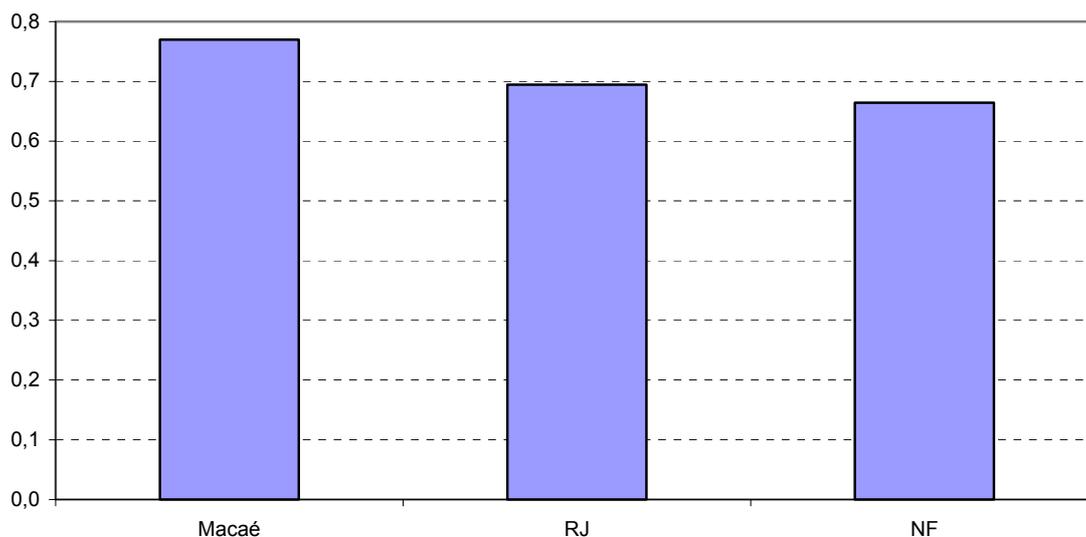


Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano

O gráfico da última componente do Índice de Desenvolvimento Humano, a renda nos mostra como a situação de Macaé se sobressai diante da realidade do Norte Fluminense e do estado do Rio de Janeiro. Em 2000, enquanto a renda per capita da referida cidade era de R\$392,94 para a mesorregião e o estado esses números eram de 216,82 e 260,80 respectivamente. Essa privilegiada situação de Macaé, como já foi dito é fruto do desenvolvimento econômico gerado a partir da atuação da atividade petrolífera, que gera além de investimentos na cidade, aumento na receita pública municipal, por meio dos

impostos pagos pelas empresas, pelas pessoas e também dos royalties recebidos pela prefeitura.

Gráfico 2.8 - Componente do IDH: Renda 2000



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano

Na busca por indicadores que expressem o acelerado ritmo de crescimento de Macaé, em virtude da presença da indústria petrolífera, buscamos o número de empresas na cidade em dois momentos. Mesmo que o primeiro momento observado seja 1996, ou seja bem depois do início das atividades petrolíferas, observamos na tabela abaixo que a cidade de Macaé apresenta uma taxa anual geométrica de crescimento bem acima dos números estaduais, e também do Norte Fluminense.

Tabela 2.1 – Número de Empresas			
Unidade Geográfica	Ano		Taxa Anual Geométrica de crescimento
	1996	2002	
Estado do Rio de Janeiro	279.016	390.118	5,74
Região Norte Fluminense	10.591	16.468	7,63
Macaé – RJ	2.439	4.523	10,84

Fonte: IBGE - CEMPRE

Cabe mencionar que os números da mesorregião observada são puxados para cima pois ela agrega o município de Macaé. Se fossem considerados todos os municípios do Norte Fluminense excetuando Macaé, teríamos uma taxa geométrica anual de crescimento de 6,57. Esse é um fato que confirma a suposição de que, os dados econômicos da Região Norte Fluminense são muitas vezes puxados para cima devido à descoberta de petróleo. Como veremos a seguir, o desenvolvimento econômico se faz presente em alguns municípios desta mesorregião, mas ele não ocorre de maneira homogênea, privilegiando algumas cidades.

Não podemos nos esquecer que esses números expressam o número de empresas em dois momentos para as unidades geográficas analisadas, mas não nos dão maiores informações quanto ao porte e tecnologia dessas empresas.

2.4 – A importância dos Royalties

Uma particularidade da indústria petrolífera é que, por se tratar da exploração de um recurso não-renovável, a empresa responsável por sua exploração – a Petrobrás – deve pagar *royalties* ao proprietário do terreno explorado. Segundo a Agência Nacional de Petróleo (ANP), denomina-se royalty: “compensações financeiras pagas pelos concessionários, cujos contratos estão na etapa de produção de petróleo ou gás natural,

incluindo-se também os contratos que estão na fase de exploração realizando testes de longa duração, distribuídas entre Estados, Municípios, Comando da Marinha e Ministério de Ciência e Tecnologia, nos termos dos artigos 47 a 49 da Lei nº 9.478/97 e do Decreto nº 2.705/98.”¹²

No caso do Norte Fluminense, por se tratar de plataformas continentais, buscamos em Cruz *et all* (2003) um complemento para compreensão de quem é beneficiado com a política de pagamento de royalty:

No Brasil, o royalty petrolífero, pago por todos aqueles concessionários que exploram as jazidas de petróleo e gás do país, é uma forma de tributo que incide sobre o valor da produção, precificado de acordo com a cotação do mercado internacional. Sua alíquota pode variar entre 5% e 10%, dependendo da economicidade dos campos petrolíferos, e seu rateio, feito entre a União, estados e municípios, garante aos municípios pertencentes à área de produção uma participação que varia entre 26%(produção em terra) e 35%(produção na plataforma continental). Para a produção na plataforma continental, o restante das receitas são distribuídas entre os estados confrontantes com os campos petrolíferos (26,25%), o Comando da Marinha (17,5%), o Ministério da Ciência e Tecnologia (12,5%) e o Fundo Especial(8,75%). (Cruz *et all*, 2003, p.3)

Além dos royalties, a atividade petrolífera beneficia a arrecadação das prefeituras dos municípios do Norte Fluminense, sob a forma de participações especiais. A ANP assim define participações especiais: “compensação financeira extraordinária devida pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural, nos casos de grande volume de produção ou de grande rentabilidade, nos termos do artigo 50 da Lei nº9.478/97 e do Decreto nº2.705/98.”¹³

¹² Fonte: ANP

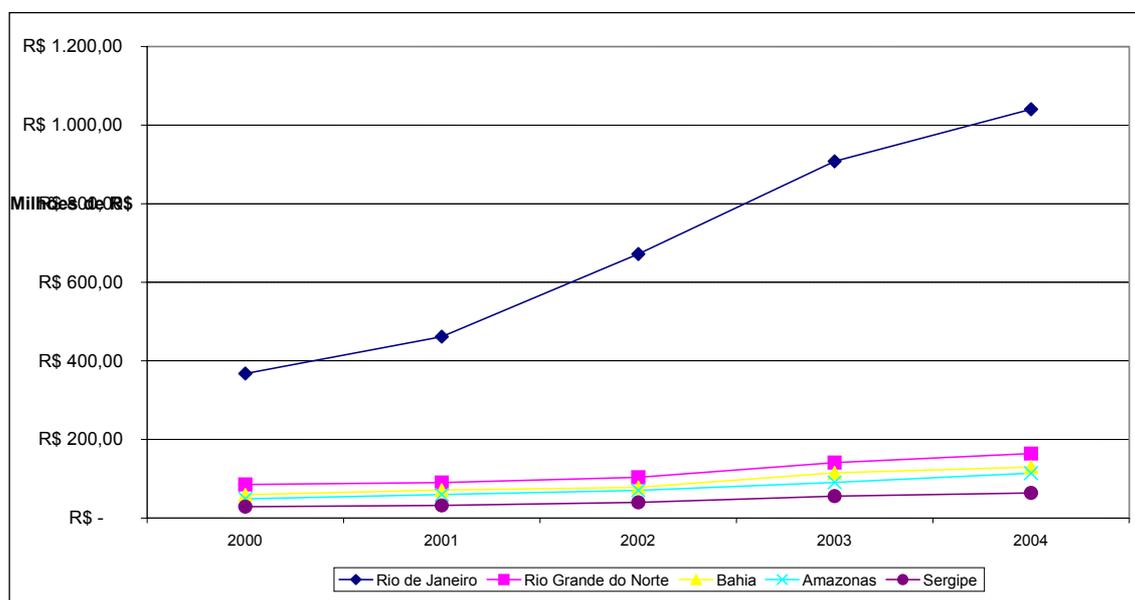
¹³ Fonte: ANP

Piquet (2003) trata do assunto considerando que após três décadas a atividade petrolífera vem proporcionando à região grandes contribuições financeiras. Mesmo que ainda seja necessária avaliação da influência das atividades diretamente ligadas à indústria petrolífera. Uma dessas contribuições seria o repasse dos royalties, sobre o qual afirma:

Embora os poços na Bacia de Campos sejam todos localizados na plataforma continental (offshore), pelo fato de a legislação brasileira associar a localização do poço ao território costeiro para fins de pagamento de impostos (royalties), a região é uma das maiores beneficiárias no recebimento desse imposto. Foi somente em 1985 que a produção de óleo, xisto betuminoso e gás extraídos da plataforma continental ficou sujeita ao pagamento de “indenizações”, pois até então eram previstas apenas as indenizações pela produção em terra mas Lei n. 7.453, de 27/12/85, passa a definir como “produtores”, os municípios confrontantes com poços em exploração em alto mar. (Piquet, 2003, p.6)

Dada a elevada produção nos campos da Bacia de Campos, a arrecadação dos municípios é vista por autores como algo fora da realidade nacional. Os royalties representam uma substancial fonte de arrecadação para os municípios do Norte Fluminense e também para os municípios das Regiões Noroeste e das Baixadas sendo em muitos deles a principal fonte de arrecadação.

Gráfico 2.9– Os cinco estados que mais receberam de Royalties do Petróleo – 2000/2004



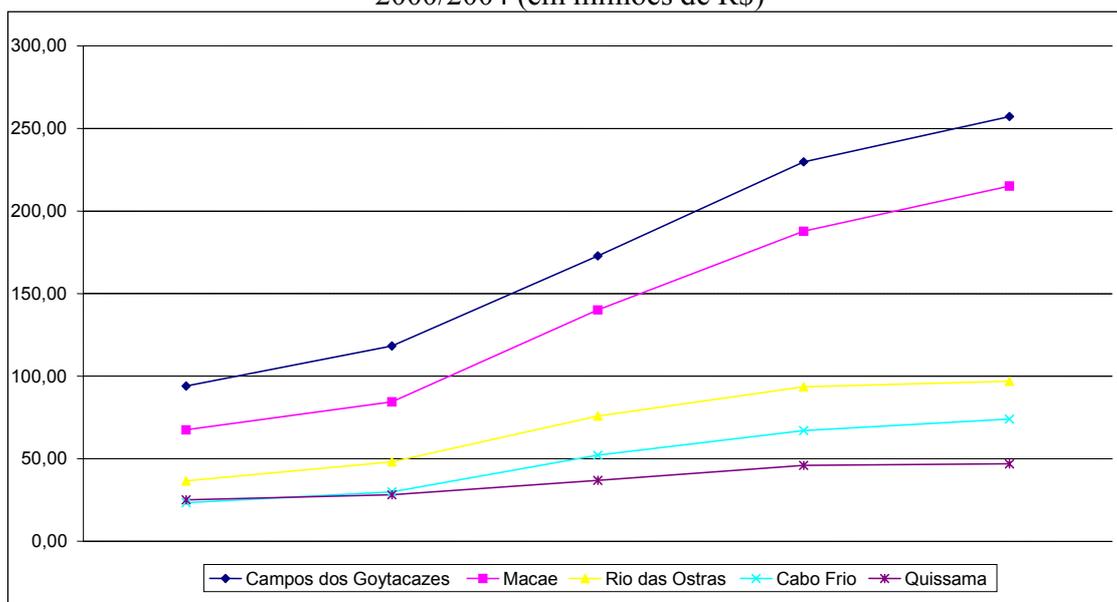
Fonte: ANP

Como podemos observar, o estado que mais recebe royalties provenientes do petróleo é o Rio de Janeiro. Esse beneficiamento ocorre em função da Bacia de Campos, responsável por mais de 80% da produção nacional de petróleo e mais de 40% de gás. A partir de 2000, essa diferença apresenta um crescente aumento que pode ser atribuído às descobertas de novos poços, isso não é raro na Bacia de Campos e se deve, além da potencialidade desta bacia, ao contínuo progresso tecnológico da indústria petrolífera. O Rio de Janeiro não se beneficia apenas com os royalties, pois boa parte do petróleo extraído na Bacia de Campos é refinado na Refinaria de Duque de Caxias (REDUQUE), outra atividade que garante uma elevada receita, por ICMS.

Os números acima se referem ao repasse feito às unidades de federação, mas os municípios também são recebedores da arrecadação proveniente da exploração do petróleo.

O gráfico abaixo nos mostra os cinco municípios fluminenses que mais receberam royalties no período de 200/2004.

Gráfico 2.10 – As cinco cidades fluminenses que mais receberam de Royalties do Petróleo 2000/2004 (em milhões de R\$)



Fonte:ANP

Pode-se observar no gráfico acima que duas cidades se destacam no recebimento de royalties no estado do Rio de Janeiro, Campos dos Goytacazes e Macaé. Na condição de terceira cidade beneficiada aparece Rio das Ostras, localizada próxima à Macaé, e categorizada como município produtor de petróleo, categoria essa que garante um maior percentual de repasse. O repasse de royalties configura-se como mais uma forma de assegurar para os governos locais um fôlego, já que em muitas cidades as prefeituras não contam com grandes receitas tributárias.

No entanto, de nada vale os voluptuosos recursos repassados se não houver empenho das autoridades locais em converter o capital em melhoria de vida para toda a

população, já que os royalties somente serão pagos enquanto houver exploração de petróleo que, como sabemos, é um recurso não-renovável. É preciso que os recursos recebidos sejam empregados de forma a garantir a continuidade do desenvolvimento econômico, mesmo que apoiado em nova(s) atividade(s), quando não houver mais atividade petrolífera, essa é uma preocupação expressada por vários autores, como Natal (2005), ao mencionar que:

... a inflexão econômica positiva estaria ocorrendo fundamentalmente pela existência de petróleo em solo fluminense. Pior: esses recursos dependem de uma forma de riqueza que tende a se esgotar, podendo, antes disso, serem politicamente cancelados ou reduzidos. Logo, urge discutir os limites de um crescimento econômico apoiado em setor como o do petróleo, quer como fonte energética (finita) quer como fonte de recursos (que dependem de injunções políticas). Corolário: é socialmente necessário investigar como estão sendo aplicados ao nível municipal, regional e estadual os recursos oriundos dos royalties para efeito do estabelecimento de políticas sustentáveis de desenvolvimento. (Natal, 2005, p. 149)

Os royalties fornecem o capital necessário para que sejam desenvolvidas e incentivadas essas novas atividades quando permitem às prefeituras e estados promoverem esse incentivo, mas é preciso que os representantes políticos elaborem projetos e não apenas se façam beneficiar da saúde financeira dos municípios e estados.

Observamos através da formação, desenvolvimento e transformações recentes, que o Norte Fluminense antes mesmo de ser oficialmente delimitado como mesorregião já possuía particularidades, como a ocupação com objetivo específico e a estrutura que se criou com a implementação da cana-de-açúcar e se manteve tradicional. A atividade canavieira em muito contribuiu para atenuar o êxodo rural na região, num momento em que esse movimento era visto de maneira mais acelerada no estado como um todo. Podemos supor que uma das conseqüências desse fato foi a relativa lentidão na dinâmica demográfica desta mesorregião, citando como exemplos, além da tardia concentração da

população nas áreas urbanas, a diminuição da base e o alargamento do meio e do topo da pirâmide.

A descoberta de petróleo, num momento de estagnação da atividade sucro-alcooleira tem papel que podemos supor ser de catalisador no processo de êxodo rural, quando oportunidades de trabalho no meio rural são fechadas e novas oportunidades na área urbana são criadas.

Com a inserção da indústria petrolífera na realidade do Norte Fluminense, a cidade de Macaé se torna núcleo regional, papel antes ocupado por Campos dos Goytacazes.

A alteração da dinâmica populacional em Macaé ocorrida principalmente a partir da atuação da indústria petrolífera, acarretou uma série de conseqüências. A primeira dessas conseqüências foi o rápido processo de urbanização e a ampliação da área urbana do referido município, como conseqüência do aumento das atividades predominantemente urbana.

Capítulo 3 - O município de Macaé

A inserção da indústria petrolífera em Macaé muito alterou a dinâmica de crescimento deste município, e principalmente de sua área urbana. O capital ali investido pela Petrobrás e pelas empresas privadas, além dos royalties e participações especiais, recebidos mensalmente pela prefeitura devido à extração de petróleo são importantes elementos de modificação da paisagem urbana, pois geram inúmeros desdobramentos. Ramires (1991) nos mostra o quanto a chegada da indústria citada altera a dinâmica de desenvolvimento de Macaé:

Em 1978 a cidade de Macaé, no Estado do Rio de Janeiro, foi atingida por um verdadeiro boom, quando a PETROBRÁS implantou o proto que seria o elo de ligação com as plataformas de exploração de petróleo na Bacia de Campos. Junto com a estatal vieram 126 empresas de prestação de serviços, 5000 novos empregos foram criados e 1000 carros passaram a circular pelas ruas estreitas da cidade. Novas agências bancárias foram inauguradas, além de um grande número de hotéis e bares.”(Ramires, 1991, p.120)

A alteração do perfil migratório de Macaé, ocorrida principalmente a partir da atuação da indústria petrolífera, acarretou uma série de conseqüências. A primeira dessas conseqüências foi o rápido processo de urbanização e a ampliação da área urbana do referido município, como conseqüência do aumento das atividades predominantemente urbana, como as citadas acima.

A indústria petrolífera em muito colabora para que a urbanização dessa região ocorra de maneira acentuada, considerando a mesma definição de urbanização usada por Santos (2005): “... o termo urbanização não pode ser tomado, aqui, em seu sentido restrito,

isto é, como criação de atividades nos lugares, mas em sua ampla significação, como processo social complexo...” (p.30), ou seja, esse processo se relaciona com inúmeros outros, como alteração da dinâmica demográfica, das relações sociais, modificação da paisagem urbana etc.

Podemos supor que as oportunidades de empregos geradas a partir da referida atividade representam um desses desdobramentos e vem exercendo papel de transformar Macaé num lugar de alta atratividade populacional, graças ao turismo de negócios.

Como pode ser visto na tabela 1, o ritmo de crescimento no período 1991-2000 foi maior que o período anterior, 1980-1991, tanto para o estado mas, principalmente para Macaé. Podemos atribuir esse maior crescimento, à atuação da indústria petrolífera, que atua como fator de atração populacional.

Tabela 3.1 - População e Crescimento Anual Geométrico

Local	População			Crescimento Geométrico Anual	
	1980	1991	2000	1980-1991	1991-2000
Rio de Janeiro	11.291.631	12.807.706	14.391.282	1,15	1,3
Macaé	75.863	100.895	132.461	2,63	3,07
População urbana de Macaé	55.149	89.336	126.007	4,48	3,90
População rural de Macaé	20266	11.559	6.454	-4,98	-6,27

Fonte: Elaboração Própria com dados do IBGE

Comparando as taxas de crescimento de Macaé com as demais apresentadas, supomos que o município passa por um intenso ritmo de crescimento, que tem como área principal desse crescimento seu perímetro urbano, já que a partir de 1980, fica constatado que a população urbana do município apresenta as maiores taxas de crescimento enquanto sua população rural encolhe consideravelmente, fato esse que caracteriza a migração intra-

urbana do tipo rural-urbana. Esse crescimento está relacionado com escolha da cidade para sediar as empresas do setor petrolífero, sobre esse crescimento Silva (2004) comenta que:

Com a descoberta de petróleo e o início da produção nos campos petrolíferos da Bacia de Campos no começo da década de 80, a sede das empresas localizam-se em Macaé, e a cidade entra em intenso ritmo de crescimento com uma acelerada dinâmica espacial, Macaé passa a ser apontada como pólo de desenvolvimento.(Silva, 2004, p.20)

As taxas geométricas de crescimento populacional nos mostram que Macaé crescia a 1,51%a.a. no período de 1970-80, já na década seguinte, ou seja, no período de 1980 a 1991 – o primeiro período intercensitário após o começo das atividades petrolíferas da Bacia de Campos – num ritmo de 2,63% a.a., bem acima do número do estado do Rio de Janeiro, que era de 1,15% a.a. O Censo de 2000 nos mostra que o ritmo de crescimento do município estudado apresentou ainda mais fôlego, com uma taxa de 3,07% a.a. enquanto a taxa para o estado era de 1,3%a.a.¹⁴ Devemos lembrar que em 1997, o então distrito macaense de Carapebus se emancipa, fazendo com que Macaé perdesse habitantes¹⁵. Caso ainda contasse com os habitantes que residiam em seu antigo distrito, essa taxa seria ainda maior.

Como as taxas de fecundidade e de mortalidade de Macaé não apresentaram comportamento discrepante quando comparadas aos números do estado, podemos atribuir o crescimento populacional registrado à uma outra componente demográfica, a migração.

A partir do início das atividades petrolífera, inúmeros novos postos de empregos foram abertos, como consequência direta e também indireta dessa atividade. Um indicador

¹⁴ Fonte: IBGE – Censos Demográficos

¹⁵ Ver anexo 2

que corrobora para essa afirmação é o saldo migratório do município, que somente em 2000 foi positivo; esse fato nos permite identificar que, apesar de atrair muitas pessoas provenientes de outras cidades, Macaé também possuía uma forte emigração, tendência essa que foi gradativamente perdendo vigor. Como resultado desses processos, em 2000, 43,7%¹⁶ de sua população residente era composta de pessoas que não nasceram na cidade.

Ficando, portanto, caracterizado que Macaé passou a ser, a partir do final da década de 70, uma área de atração populacional, devido ao desenvolvimento da atividade petrolífera, buscamos nos dados censitários traçar um perfil dos imigrantes, e também confrontar esse perfil com o da população natural do município, com o objetivo de identificar possíveis diferenças que possam gerar processos perversos ao desenvolvimento da área.

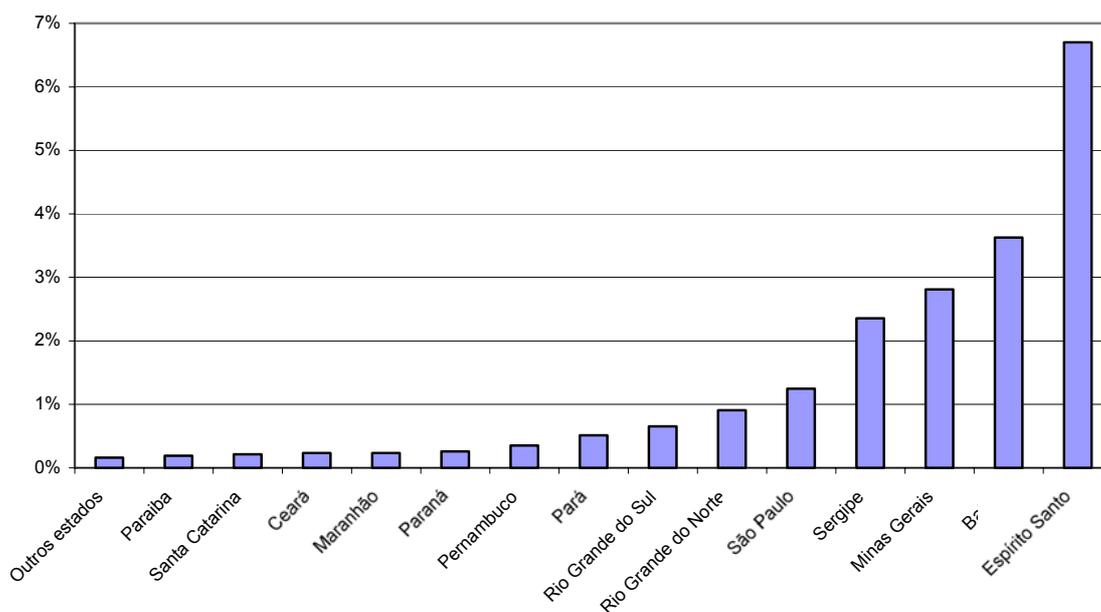
Tamanha é a expressividade das atividades petrolíferas realizadas na Bacia de Campos que pessoas residentes em outros estados brasileiros trabalham na cidade. Esse fato é possível já que uma peculiaridade da atividade petrolífera na Bacia de campos é que todos os poços estão localizados em águas, ou seja, são *off shore*¹⁷, por esse fato, muitos trabalhadores embarcam nas plataformas onde permanecem por vários dias, ao final desse período retornam para suas residências. Assim, essas pessoas não precisam residir em Macaé para trabalhar nas plataformas, gerando então um movimento pendular diferente daqueles constatados em outras cidades, em que as pessoas se deslocam diariamente para outros municípios, movimento esse que torna inviável residir em outro estado.

¹⁶ Fonte: IBGE – Censos Demográficos

¹⁷ Termo usado no meio petrolífero para designar atividades fora do continente.

O gráfico abaixo nos mostra quais outros estados, excluindo o Rio de Janeiro¹⁸, residem essas pessoas, trabalhadoras ou estudantes em Macaé. Através dele podemos identificar que a maior parte dessas pessoas reside no estado do Espírito Santo, seguido do estado da Bahia e Minas Gerais. Podemos atribuir a maior frequência do Espírito Santo à sua proximidade com a cidade de Macaé. Um fato interessante é a posição da Bahia neste gráfico, pois outros dados, como se verá mais adiante, corroboram para a identificação de um fluxo migratório Bahia – Macaé.

Gráfico 3.1 – Estado de residência das pessoas que declararam estudar ou trabalhar em Macaé - 2000



Fonte: Microdados do Censo 2000

¹⁸ Do total de pessoas que declararam trabalhar ou estudar em Macaé mas que não residiam na cidade, 75,9% das pessoas declaram residir em cidades fluminenses.

Quanto às pessoas que trabalham ou estudam em Macaé, e não residiam na cidade em 2000 mas em outras cidades do território fluminense, uma primeira observação feita, em escala mesorregional nos possibilitou enxergar que a mesorregião em que há maior deslocamento para Macaé é o Norte Fluminense, pois muitas pessoas lá residentes se deslocam para Macaé diariamente, já que a distância entre os municípios desta mesorregião e Macaé não são grandes.

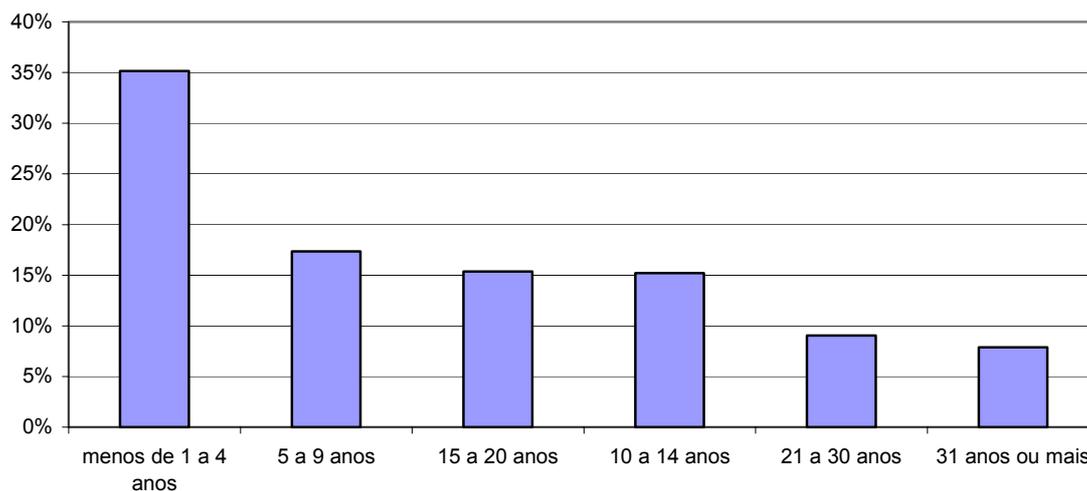
Na região metropolitana foi verificada a segunda maior frequência de pessoas que trabalham ou estudam em Macaé. E em terceiro lugar ficou a Região das Baixadas. esse número de pessoas que se deslocam até Macaé para trabalhar/estudar reflete a importância da indústria Petrolífera para a dinâmica de desenvolvimento econômico fluminense, nesse momento em que muitos autores apontam uma reestruturação desse processo, já que um de seus vários efeitos multiplicadores é a geração de empregos não apenas para a população residente em Macaé, mas para a população que reside em diversos locais do Rio de Janeiro, do Brasil, e mesmo de outros países.

Como muitas pessoas optam por residir em Macaé, buscamos neste trabalho algumas características destas pessoas, primeiramente, identificando nos imigrantes entrevistados no Censo 2000, a quanto tempo eles residiam em Macaé. Temos aí mais um elemento que nos mostra que Macaé deixa de ser um lugar de emigração para, cada vez mais, se firmar como ponto de destino, ou seja, um ponto de imigração.

A afirmação acima está baseada no gráfico seguinte, que nos mostra que do total de pessoas que não nasceram na cidade, 7,9% está na cidade a mais de 31 anos, ou seja, bem antes dos levantamentos feitos e da descoberta de petróleo; no entanto, observamos um crescimento a partir da descoberta de petróleo, ou seja, a partir daqueles que estão na

cidade a 20 anos ou menos, ou seja, a partir de 1980, ano em que entraram em fase de extração as primeiras plataformas.

Gráfico 3.2 – Tempo de residência dos imigrantes - Macaé 2000



Fonte: Microdados do Censo 2000

A partir desse momento, é crescente o número de imigrantes que chegaram à cidade. Fica evidenciado que nos últimos quatro anos a cidade recebeu um grande número deles, o que, a associação deste fato com a diminuição da emigração contribuiu para o saldo migratório positivo. No entanto uma ressalva faz-se necessário, era de se esperar que a maior frequência fosse vista nas faixas mais recentes, pois muitas das pessoas que migraram a mais tempo morreram, enquanto nas faixas mais recentes de migração as pessoas são mais jovens, o que nos chamou atenção foi a grande diferença da faixa mais recente.

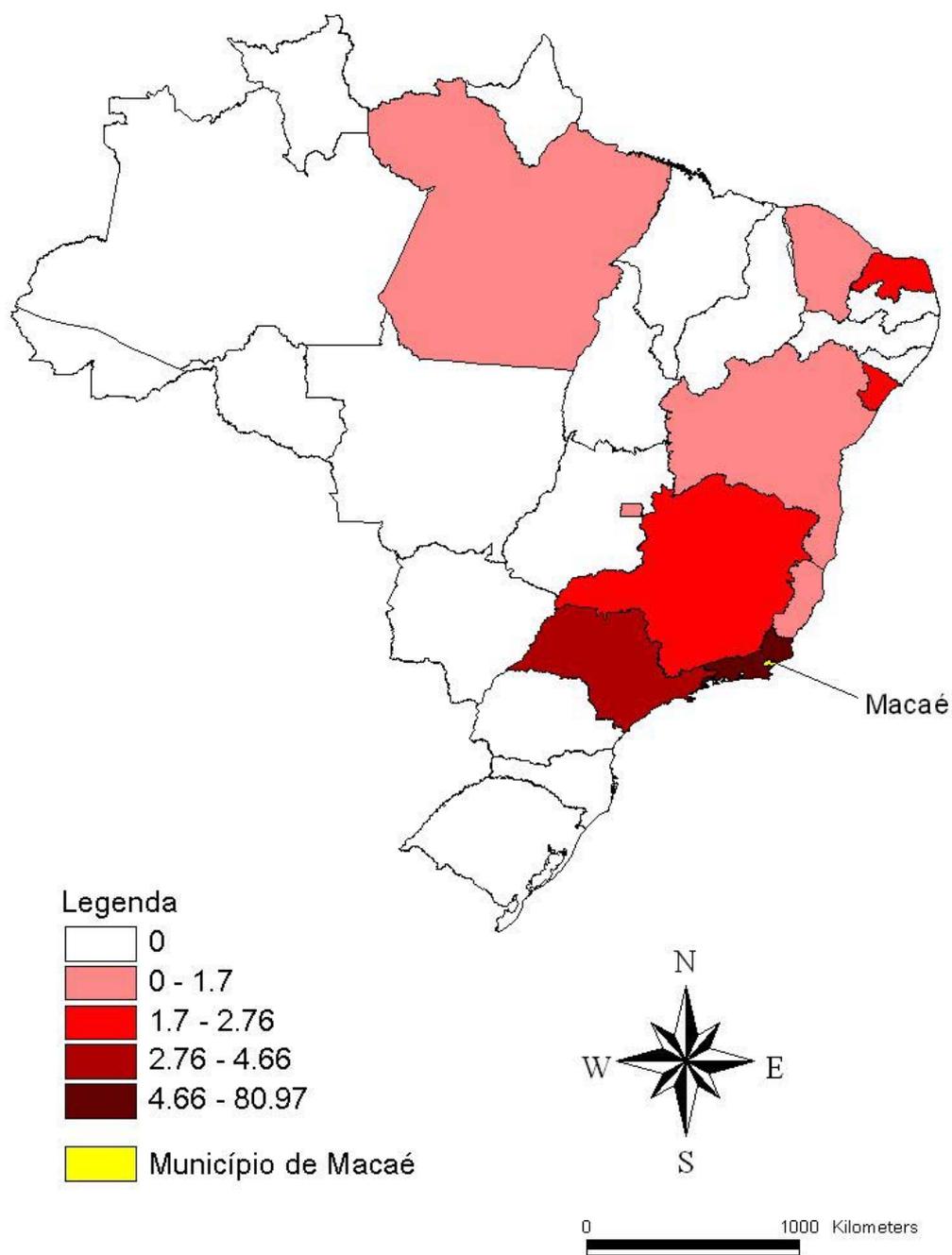
Observando a tendência de crescimento da imigração para Macaé, que apresenta seletividade, e tem a abertura de postos de trabalho um importante fator, podemos supor

que mesmo depois de 2000, o crescimento continua, já que com a descoberta recente de novos poços de petróleo, novos postos de trabalho foram abertos, fato esse que tende a atrair mais imigrantes em busca de emprego.

Primeiramente observamos os dados do censo de 1991, que nos permite identificar em que estado residiam as pessoas em 31/07/1986¹⁹ e que na data do censo residiam em Macaé, o cartograma abaixo nos mostra que a maior parte dessas pessoas eram provenientes das cidades do Rio de Janeiro,

¹⁹ Ver Nota Metodológica 3

Cartograma 3.1 – Estado de origem em 31/07/1986 dos que em 1991 residiam em Macaé



Fonte: IBGE
Elaboração do autor

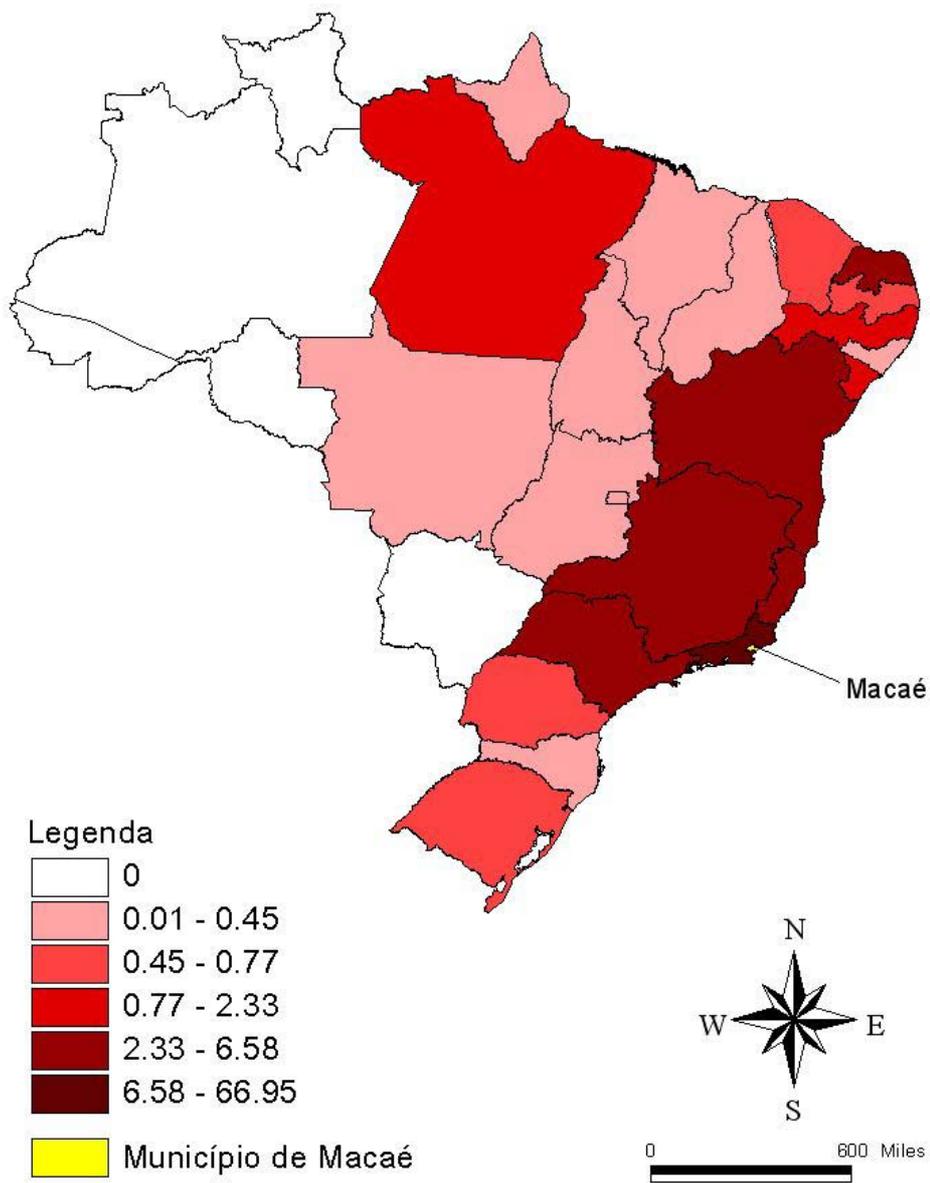
Ao ser elaborado, o cartograma abaixo tem como objetivo identificar o estado de origem das pessoas que fixaram residência em Macaé após 31/7/1995²⁰. Ele nos mostra que a maior parte delas residia no estado da Bahia, seguido de pessoas provenientes do estado de Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo, ou seja, os outros estado que compõe a Região Sudeste do País. Podemos supor que a posição de destaque em que aparece o estado da Bahia deve-se ao fato deste estado também desenvolver atividades petrolíferas, fazendo com que as pessoas que residiam em cidades baianas procurem novas áreas onde a referida atividade se faz presente.

A origem das pessoas que não residiam em Macaé em 31/7/1995 se mostrou bem diversificada, apesar do grande número de pessoas provenientes de cidades do estado do Rio de Janeiro (67% do total de pessoas que residiam em outras cidades estavam em cidades fluminenses).

As posições dos demais estados do Sudeste podem ser atribuídas à proximidade com o Rio de Janeiro, pois como confirma a literatura especializada, há uma maior frequência de deslocamentos de pequenas distâncias, que em escala estadual apontam para esses três estados.

²⁰ Ver Gráfico complementar no anexo 3

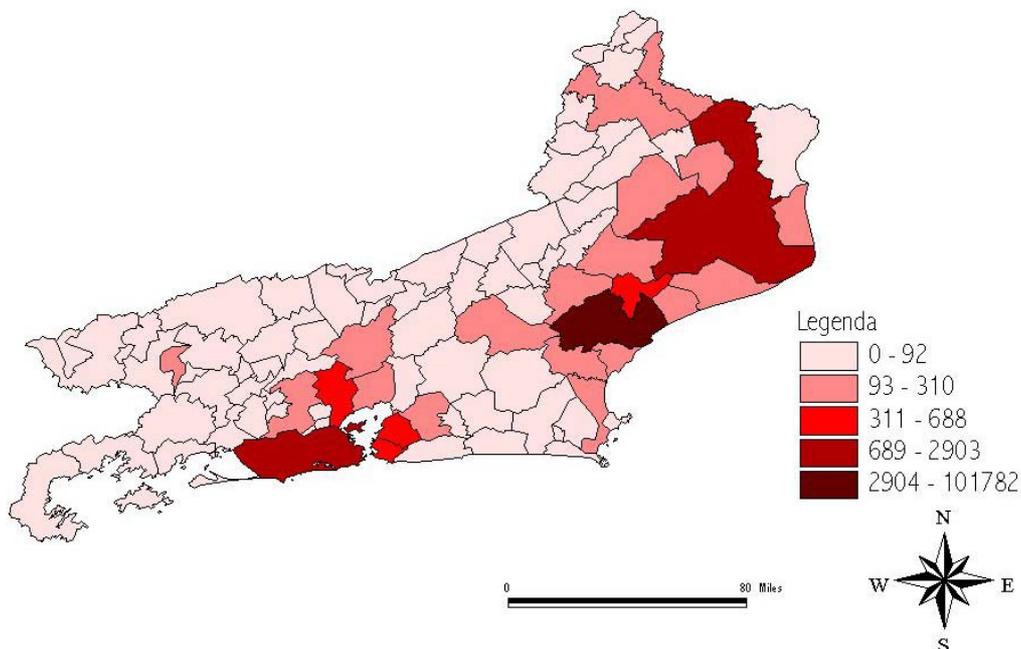
Cartograma 3.2 – Estado de origem em 31/07/1995 dos que em 2000 residiam em Macaé



Fonte: IBGE
Elaboração do autor

O mapa abaixo nos mostra de quais cidades fluminenses saíram as pessoas que moravam em 31/07/1995 que em 2000 residiam em Macaé; observando esse cartograma, identificamos que a emigração foi mais intensa nos municípios do Norte e Noroeste fluminense, e alguns municípios da Região Metropolitana. Vale ressaltar que apesar dos esforços recentes para aquecer a indústria sucro-alcooleira, a saúde financeira dos municípios do Norte e mesmo do Noroeste fluminense ainda está bastante atrelada à indústria petrolífera, fazendo com que muitas pessoas busquem em Macaé melhores condições de vida. Para explicar a posição da região metropolitana, podemos supor que essa migração aconteça por dois principais motivos, a falta de mão-de-obra qualificada, fazendo com que muitas pessoas qualificadas da região metropolitana migrem para Macaé e também a abertura dos postos de emprego que atraem a todos.

Cartograma 3.3 – Municípios Fluminenses de origem em 31/07/1995 dos que em 2000 residiam em Macaé



Fonte: IBGE
Elaboração do autor

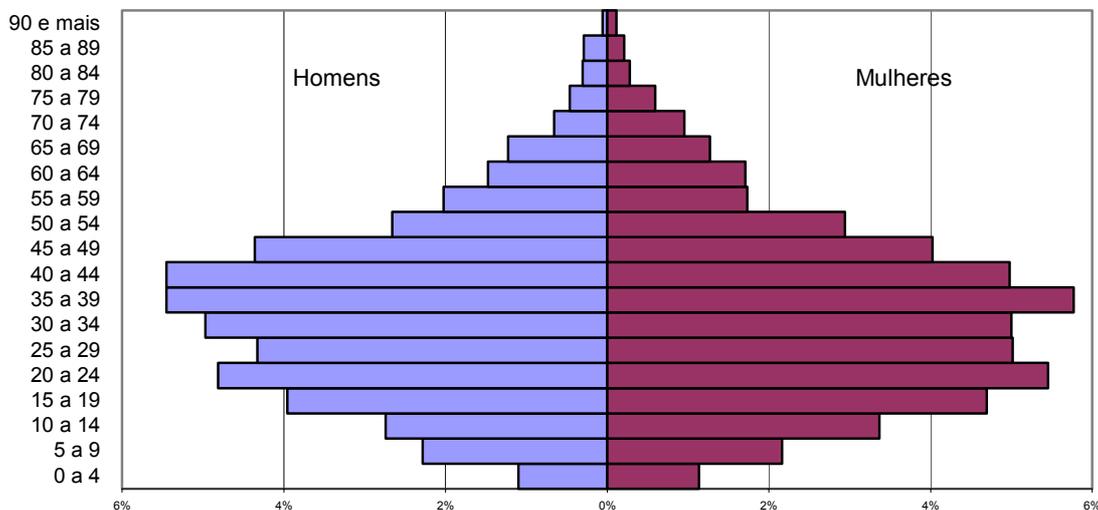
3.1 – População Natural e Não-natural de Macaé

Ao buscarmos no Censo 2000 outros dados que nos permitam identificar o perfil desses imigrantes e confrontá-lo com o dos macaenses, estamos observando como o perfil da população residente do município se modifica. Quando se altera esse perfil, torna-se necessário repensar a demanda por serviços diversos, e mesmo a paisagem, principalmente a urbana, do município.

O primeiro dado observado é quanto ao perfil por sexo e idade das pessoas que não nasceram em Macaé, sendo esse importante dado, devido à inserção de um considerável contingente de pessoas que irão usufruir das políticas públicas e estrutura urbana existentes, tais como hospitais, creches, escolas etc.

As transformações ocorridas em Macaé, entre elas a inserção de imigrantes recentes vão configurando um novo perfil da população residente no município. Esse novo perfil, por sua vez gerou um novo “perfil” de demanda por serviços públicos na área, particularmente no que se refere à saúde e educação. Nesse sentido, a pirâmide etária constitui um instrumento de análise interessante, como podemos observar no gráfico 3.3.

Gráfico 3.3 – População não-natural de Macaé - 2000



Fonte: Microdados do Censo 2000

Ao observarmos a composição etária e por sexo das pessoas que não nasceram em Macaé identificamos que, a maior parte dos homens está entre 35 a 44 anos, enquanto entre as mulheres, a maior frequência foi observada na classe 35 a 39 anos.

A composição da pirâmide dos não naturais nos permite supor que o principal fator de atração populacional para Macaé é o trabalho, motivo esse que atrai uma população com faixa etária de 20 a 49 anos, faixa essa que, segundo Jannuzzi (2004) migra tendo como principal motivo o trabalho: *“Já para migrantes pertencentes à força de trabalho primária, com 25 até 49 anos de idade, o trabalho é claramente o motivo mais importante, corroborando extensa bibliografia de natureza empírica”*(Jannuzzi, 2004, p.4).

Fica claro que a partir da classe 20 a 24 anos, a pirâmide começa a se alargar, ficando evidenciado então que, a migração para Macaé possui algumas peculiaridades, como, por exemplo, atrair pessoas em idade ativa, ou seja, aquelas que se situam entre 15 e 64 anos; pois esse é o intervalo em que a pirâmide apresenta maior alargamento, para ambos os sexos.

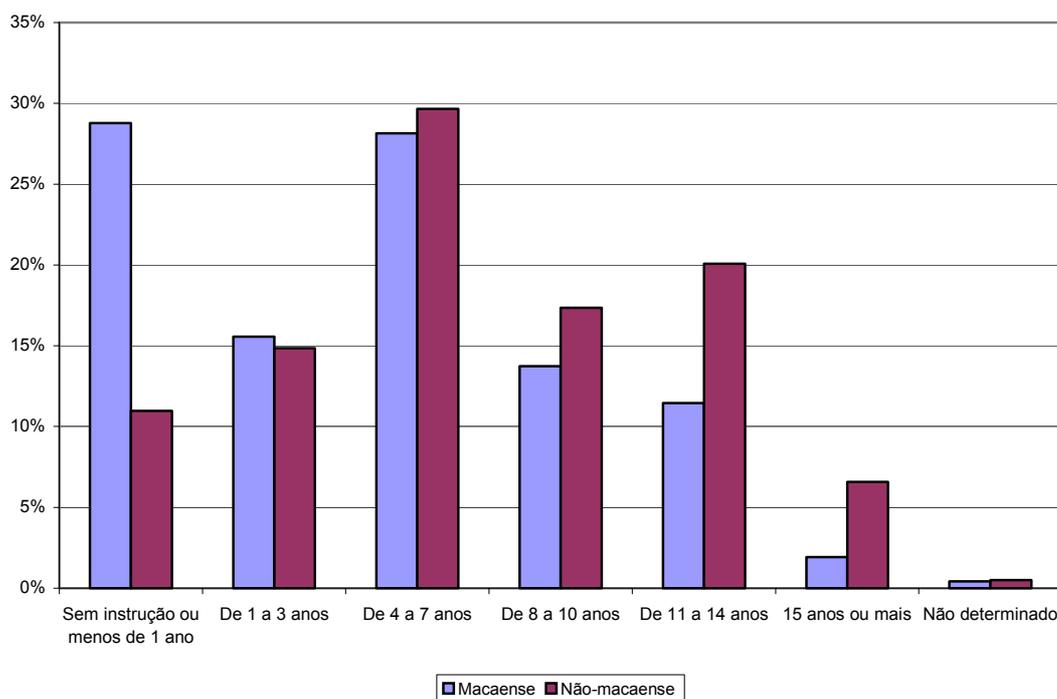
O conhecimento da população residente em Macaé e a migração seletiva que vem se transformando em instrumento de configuração do novo perfil populacional requer que se observe justamente os diferenciais educacionais.

Ao observarmos o gráfico abaixo, que ilustra a situação de macaenses e não-macaenses quanto ao grau de instrução, observamos tendências distintas. Um fato que se destaca na distribuição dos macaenses foi o alto índice de pessoas sem instrução ou com menos de um ano, sendo essa a classe modal para esse segmento da população, na outra extremidade do gráfico observamos que um baixo percentual de pessoas que nasceram na cidade possuem 15 anos ou mais de estudos, classe essa que corresponde a ter pelo menos formação universitária.

Para as pessoas que não nasceram em Macaé, a distribuição pelas classes de instrução apresenta outro comportamento. A classe modal para esse segmento é a de 4 a 7 anos de estudos, e o percentual de pessoas com formação universitária ou superior é bem superior quando comparado com o percentual de macaenses com tal grau de instrução.

A identificação desse comportamento diferenciado nos permite supor que, entre as pessoas nascidas na cidade não há pessoal com a qualificação necessária para ocupar todos os postos de trabalho gerados pela indústria petrolífera.

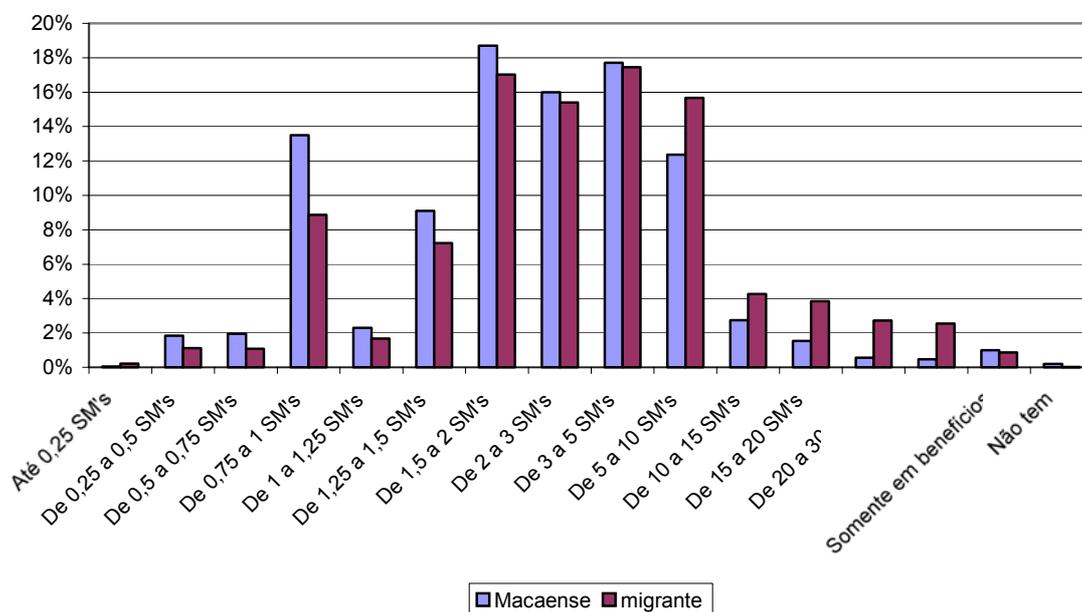
Gráfico 3.4 – Instrução por Naturalidade - Macaé 2000



Fonte: Microdados do Censo 2000

Outra dimensão interessante a ser considerada é o diferencial de rendimento entre os naturais e os imigrantes de Macaé, ainda com o objetivo de estabelecer possíveis diferenciais entre esses segmentos que vem configurando o novo perfil populacional.

Gráfico 3.5 – Rendimento Mensal com o Trabalho Principal por naturalidade



Fonte: Microdados do Censo 2000

O gráfico 3.5 acima apresenta rendimento mensal do trabalho principal dos entrevistados. A população residente em Macaé apresenta um comportamento interessante quando observado seu rendimento mensal. Tal observação foi feita diferenciando a população em naturais e não-naturais. Observando as classes de rendimento até 1 salário mínimo, observamos que a maior parte dessas pessoas são naturais de Macaé,

comportamento esse que se estende até o rendimento mensal máximo de 5 salários mínimos.

A partir dessa faixa, há uma inversão, pois as pessoas não-naturais do município aparecem como sendo as que recebem maiores rendimentos. A diferença entre macaenses e não-macaenses aumenta à medida em que a classe de rendimento se eleva, atingindo seu ponto máximo na maior classe de rendimento, que se refere às pessoas com rendimento mensal acima de 30 salários mínimos.

Os rendimentos da população como um todo, desconsiderando a naturalidade, nos mostra uma forte concentração nas faixas que compreendem 1,5 a 10 salários mínimos, havendo a partir do limite superior, uma queda considerável.

Quanto à classe “Somente Benefícios”, foi verificado que os macaenses são os maiores beneficiados, creditamos esse fato às aposentadorias de idosos. Segmento de população esse em que há predomínio de macaenses.

Capítulo 4 – A área intra-urbana de Macaé

Nem mesmo a menor unidade geográfica até aqui utilizada, o município de Macaé, se configura como sendo um espaço homogêneo, apresentando ao longo de sua delimitação espacial grandes disparidades econômicas e sociais. Como o município já foi contextualizado em escala estadual e mesorregional, este item mostrará que Macaé, como qualquer outra cidade, é composta por espaços heterogêneos.

Utilizaremos neste capítulo a escala intra-urbana, e os dados censitários disponíveis para tal escala. A mudança na escala de observação tem por objetivo enxergar fenômenos que estão presentes nessa área e que em outra escala de observação não seriam percebidos, sobre a mudança de escala de observação para enxergar fenômenos urbanos, Castro (1995) nos fala que:

A tradição dos estudos urbanos, seja através de redes urbanas, sistemas urbanos, polarização, centralidade, tem fornecido uma rica massa de informações sobre esta forma, cada vez mais ubíqua, de organização sócio-espacial. No entanto, a contribuição dos autores acima [Harvey e Davidovich] para a problemática operacional da escala na geografia está na sua libertação de um ponto de vista fortemente cartográfico e na observação da urbanização não apenas como uma forma de organização do espaço, mas também como um fenômeno social complexo, cujas escalas de observação/concepção apontam para mudanças de conteúdo e sentido do próprio fenômeno. Ou seja, como já foi indicado no início, quando o tamanho muda, as coisas mudam, o que não é pouco, pois tão importante quanto saber que as coisas mudam é saber como elas mudam, quais os novos conteúdos nas dimensões.”(Castro, 1995, p.120)

Como foi dito anteriormente, essa mudança de escala se faz necessária pelo fato de ser a área urbana de Macaé o espaço diretamente influenciado e alterado com a presença da indústria petrolífera, por estarem ali alocadas a Petrobrás e as empresas privadas

prestadoras de serviços, sejam elas diretamente na atividade petrolífera ou em atividades de entorno²¹. É também na área urbana desse município que grande parte das pessoas que chegam à cidade em busca das oportunidades de empregos geradas pela atuação da indústria petrolífera fixa residência.

O objetivo dessa análise é mostrar que, mesmo passando por um momento de prosperidade econômica, essa condição privilegiada não se dissipa de maneira homogênea no espaço, gerando disparidades e uma forma à cidade semelhante à encontrada pela Escola de Chicago, como aponta MacKenzie (1948):

Na luta pela existência, a organização social dos grupos humanos se acomoda às relações espaciais e de subsistência existentes entre os ocupantes da mesma área geográfica. Todos os aspectos mais fixos da habitação humana, isto é, os prédios, as estradas e os núcleos de população tendem a se distribuir no espaço de conformidade com as forças que, na área, atuam no seu próprio nível de cultura. A estrutura física e as características culturais são partes de uma só configuração. (MacKenzie, 1948, p.38)

Assim dividida, a área urbana de Macaé possui 22 bairros. A importância de se observar os dados segundo essa divisão é que, muitas vezes a organização da população para reivindicações, e o sentimento de pertencimento a um grupo se dá a partir das associações de moradores dos bairros. É também utilizando a delimitação segundo bairro que muitas políticas públicas são elaboradas/reformuladas. Além do que, observar a área estudada a partir de uma escala que seja facilmente reconhecida por aqueles que conhecem Macaé, e mesmo para os que não conhecem, em muito colabora para a identificação dos

²¹ Atividade de entorno se refere àquelas atividades que não se relacionam única e especificamente com as etapas do processo de extração de petróleo e gás, mas que atuam para prover estrutura a ela. Podemos citar como exemplo uma empresa de recursos humanos, uma empresa de manutenção de geradores de energia etc

problemas existentes, e possibilita a criação/alteração de políticas que visem sanar esses problemas.

Os dados utilizados para elaboração dos mapas segundo bairros de Macaé são do universo do Censo 2000, pois os dados da amostra não são passíveis de serem assim desagregados²². A ilustração dos dados segundo bairros é a menor escala espacial utilizada nesse trabalho, pois, na literatura especializada essa foi a menor unidade utilizada para observação.

Um primeiro ponto que nos chama atenção ao analisar a área urbana, segundo sua divisão em bairros é a heterogeneidade do tamanho destes. A delimitação espacial de alguns, visualizadas no mapa abaixo nos mostram que, alguns bairros como Cabiúnas, Ajuda e Barra de Macaé, possuem extensão muito superior a outros bairros, sobretudo os da era central da cidade²³. Esse indício nos revela que, enquanto algumas áreas da cidade puderam contar com uma estrutura de planejamento urbano, de qualquer espécie, que determinou limites aos bairros, outras áreas não contaram com tais políticas, e como consequência, houve o crescimento, o simples alargamento de seus limites, que pode ser desordenado ou não, provocando o inchaço de alguns bairros, gerando assim uma sobrecarga nos serviços de infra-estrutura.

²² A menor unidade de desagregação dos dados da amostra são as Unidades de Ponderação. Segundo o IBGE (2002): Constitui uma unidade geográfica, formada por um agrupamento mutuamente exclusivo de setores censitários, para a aplicação dos procedimentos de calibração das estimativas com as informações conhecidas para a população como um todo. (p.4)

²³ No desenvolvimento desse capítulo, foi possível delimitar a área central de Macaé, como composta pelos seguintes bairros: Centro, Cajueiros, Imbetiba, Praia Campista, Riviera Fluminense, Visconde de Araújo e Miramar.

A Petrobrás possui sua sede no bairro de Imbetiba²⁴, localizada na área central de Macaé. Nesta sede estão os vários setores da Unidade de Negócios da Bacia de Campos, como diretoria, gerências, e departamentos técnicos. Há ainda no bairro de Cabiúnas uma unidade de armazenamento e distribuição do petróleo para a refinaria, chamado Terminal Cabiúnas, para onde é mandado, por meio de oleodutos subterrâneos o petróleo extraído das plataformas da Bacia de Campos, e também por meio de dutos esse petróleo é bombeado para a refinaria.

²⁴Este bairro tem como peculiaridade possuir característica geográfica que permitisse a construção de um porto, construção essa feita pela empresa para permitir a comunicação com as plataformas via barcos e navios.

Cartograma 4.1.1 – Bairros da área urbana de Macaé – 2000²⁵.



Fonte: IBGE
Elaboração do autor

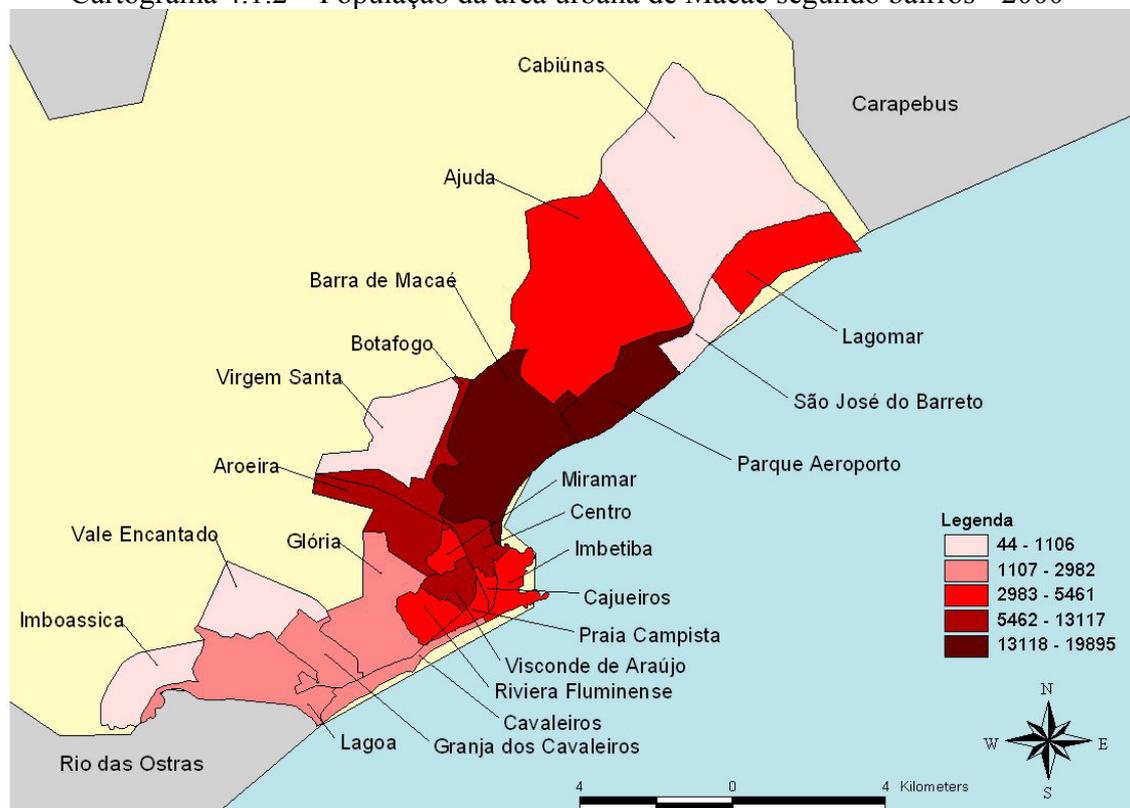
Diante de uma área urbana em pleno processo de expansão, não deve nos causar espanto o fato de que cada bairro pode apresentar um perfil próprio de ocupação e expansão, não necessariamente homogêneo. Como nos mostra o mapa seguinte, a própria distribuição da população nesses bairros ocorre de maneira peculiar em cada bairro.

Através desse mapa, observamos que os bairros que apresentam maior população nem sempre são os que têm maiores contornos espaciais, ou seja, os bairros que teriam

²⁵ Por terem sido elaborados com diferentes malhas digitais, que utilizavam diferentes tipos de escalas projeções os mapas apresentam pequenas distorções, no entanto essas distorções não comprometem sua visualização/interpretação. A solução desse inconveniente foi tentada com o envio de e-mail ao departamento responsável do IBGE, não obtendo resposta.

maior disponibilidade de espaço, caso esse dos bairros Ajuda, Virgem Santa e Cabiúnas. No entanto, bairros menores apresentam grande população, como por exemplo, o Parque Aeroporto e os bairros da área central da cidade. O descompasso entre tamanho da área e população é explicado pelo fato de que, outras variáveis são levadas em consideração na hora da escolha do bairro de residência, como a proximidade dos locais de trabalho, estudo e lazer, sobre esse fato, Faria (1999) menciona que as relações entre mobilidade residencial e estruturação do espaço urbano dependem do tipo de indivíduos/famílias que se deslocam e das características do lugar de origem e do lugar para onde se deslocam.

Cartograma 4.1.2 – População da área urbana de Macaé segundo bairros - 2000



Fonte: IBGE
Elaboração do autor

Observamos no cartograma acima que em 2000 a distribuição populacional dos bairros da área urbana de Macaé se mostrava bastante heterogênea, principalmente dos bairros situados entre sua área central e o município de Carapebus. Essa heterogeneidade é resultante dos movimentos migratórios intra-urbanos, além da chegada dos imigrantes com variados perfis.

Observando os bairros que estão entre a área central e o município de Rio das Ostras, é possível identificar uma certa homogeneidade na concentração populacional. Uma lógica fica visível; quanto mais distante do centro menor a população do bairro. Uma corrente

teórica que explica esse fato é a desenvolvida pelos pensadores da Ecologia Humana²⁶, estes supõem que o crescimento populacional acontece de dentro para fora, ou seja, as áreas centrais perdem seu caráter residencial para intensificar seu caráter de centro de negócios, comércio e serviços.

Com isso as áreas periféricas ao centro passam a receber as pessoas que apresentaram condições para residir em áreas que ainda não apresentam os transtornos de área central, assim essas pessoas que começam um movimento de migração intra-urbana em direção a essas áreas que passam a apresentar diferenciais em seu caráter residencial.

Como o desenvolvimento de Macaé ou sobretudo, de sua área urbana, aconteceu de maneira bastante acelerado, a mudança do perfil de ocupação também acontece de maneira muito dinâmica, fazendo com que determinados espaços ganhem características comerciais/industriais.

Juntamente com essas características, passam a fazer parte dessas áreas elementos que podem desvalorizar seu caráter residencial, diante desse processo, as pessoas procuram áreas mais afastadas do núcleo central, que vai incorporando maiores dimensões, tendência essa semelhante àquela apontada por McKenzie (1948) ao falar que “...*uma comunidade que tenha atingido seu ponto culminante e que não tenha experimentado uma forma de descarga, permanece provavelmente em condições de estagnação. O seu excesso natural de população é forçado a emigrar*” (p.103).

Após observarmos a distribuição populacional na área urbana de Macaé em 2000, é interessante observarmos como essas pessoas residem, e para tal buscamos no Censo

²⁶ Esta corrente de pensamento, foi criada por sociólogos da Escola de Chicago nos anos 20, que pretendiam analisar os movimentos dos grupos sociais urbanos e estudaram o fenômeno do crescimento urbano.

informações sobre os domicílios²⁷ na área estudada.

Conforme ilustrado no anexo 1, visualizamos que em todos os bairros estudados há o predomínio dos domicílios particulares permanentes, situação essa semelhante à realidade brasileira, onde 98% dos domicílios são desse tipo²⁸. No entanto, a área urbana de Macaé apresenta particularidades que podem ser atribuídas à presença da indústria petrolífera, como por exemplo, a incidência de domicílios improvisados e também coletivos pontualmente localizados em alguns bairros.

No caso dos domicílios coletivos, o bairro com maior incidência foi Imbetiba, onde está localizada a base de operações da Petrobrás. Muitos funcionários da estatal e também de empresas terceirizadas que ali trabalham, mas residem em outros municípios, se alojam durante a semana em domicílios coletivos próximos ao local de trabalho, voltando para suas residências nos finais de semana.

Para explicar os índices relativamente altos dos domicílios improvisados nos bairros Granja dos Cavaleiros e Vale Encantado, supomos que esses bairros são zonas de expansão urbana, que por estarem próximos aos bairros mais valorizados, e também à zona central da cidade, se tornam área de atração populacional, mesmo que essa população não tenha condições de estabelecer uma residência que se enquadre na categoria particular permanente.

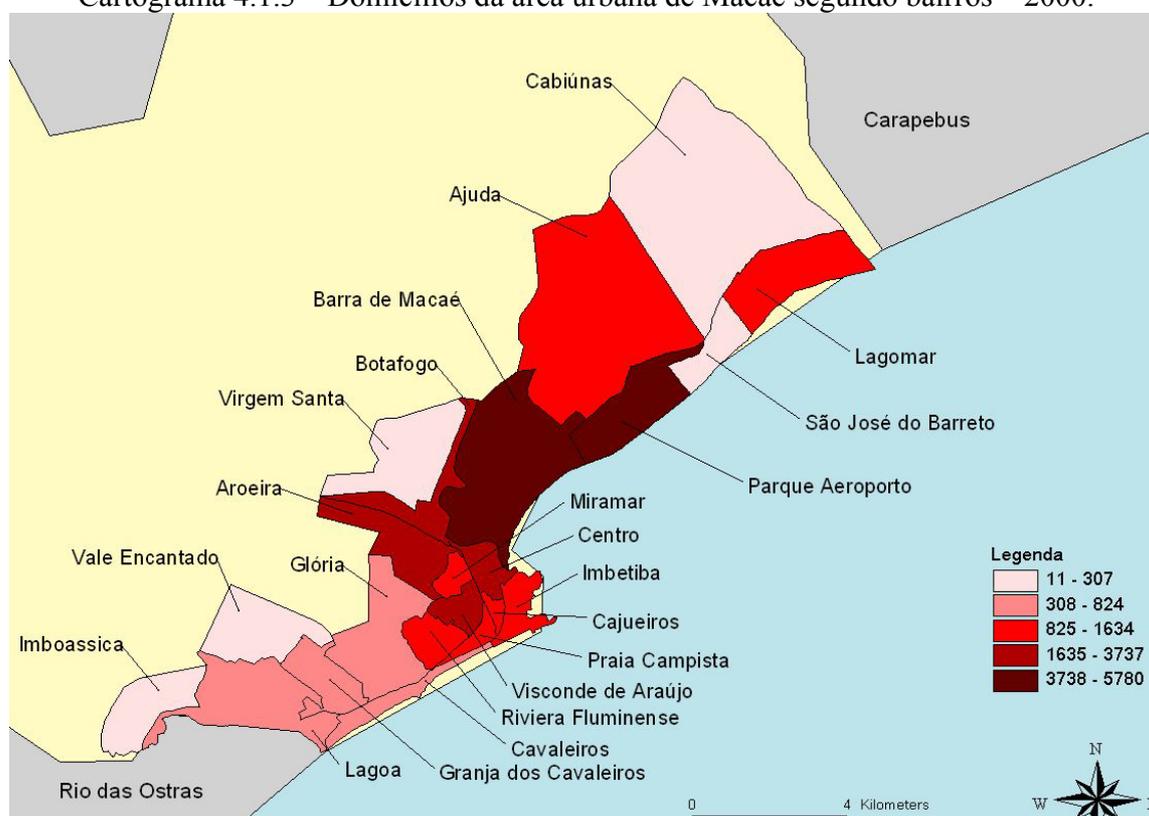
²⁷ olhar nota metodológica 3

²⁸ Dado elaborado a partir de informações do Censo 2000.

4.1 – Domicílios e Infra-estrutura

Ao ilustrar a distribuição dos domicílios pelos bairros da área urbana de Macaé, temos um mapa muito parecido com o mapa da população. Esse fato nos revela que, a princípio, não há nenhum descompasso entre o número de habitantes e o número de domicílios por bairro.

Cartograma 4.1.3 – Domicílios da área urbana de Macaé segundo bairros – 2000.



Fonte: IBGE
Elaboração do autor

Os cartogramas abaixo nos revelam onde se localizam os domicílios com 1 banheiro²⁹, que representariam as residências co menor grau de sofisticação, e também os com 3 banheiros, que representam os domicílios com maior grau de sofisticação.

Cartograma 4.1.4 – % de Domicílios com 1 banheiro - Área urbana de Macaé – 2000.



Fonte: IBGE
Elaboração do autor

O bairro com maior percentual de domicílios com um banheiro foi Imboassica, com 95,8%, seguido do Bairro Ajuda com 91,2%. Conforme visualizado acima, Imboassica representa um bairro isolado, pois os bairros ao seu redor apresentaram baixos índices de domicílios com 1 banheiro.

²⁹ Ver nota metodológica 5.

Já o bairro de Imboassica, localiza-se numa área em que os demais bairros ao seu redor apresentam números próximos, que os enquadraram nas classes de valores mais elevados. Esse dado nos permite supor que, nestes bairros está a maior parte dos domicílios com menor grau de sofisticação.

O cartograma seguinte, que demonstra o percentual de domicílios da área urbana de Macaé com 3 ou mais banheiros, nele observamos que esses domicílios estão concentrados nos bairros centrais e nos bairros localizados da área central ao município de Rio das Ostras.

Baseados nestes dois cartogramas, identificamos uma diferenciação dos domicílios ao longo da área estudada, havendo uma concentração dos que têm maior número de banheiros em determinada área, nos dando subsídios que caracterizam uma segregação socioespacial, fato esse que será melhor tratado mais adiante.

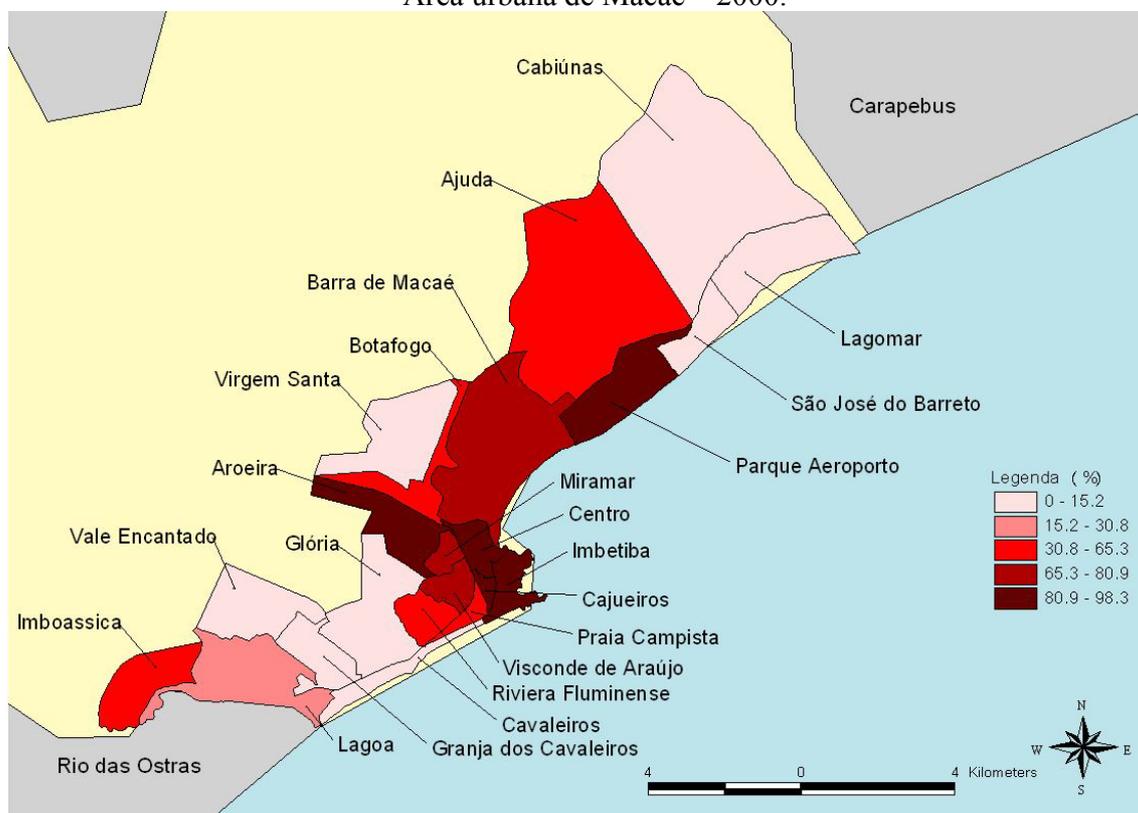
Cartograma 4.1.5 – % de Domicílios com 3 ou mais banheiros
- Área urbana de Macaé – 2000.



Fonte: IBGE
Elaboração do autor

A velocidade das transformações na área estudada nos permite uma melhor visualização do processo de segregação, já que em outras áreas estudadas as transformações não ocorriam com tal velocidade. A rapidez com que algumas áreas residenciais foram criadas e/ou se ampliaram foi tamanha que, mesmo contando com residências com alto padrão de sofisticação, muitos bairros não apresentam grandes percentuais de domicílios ligados à rede geral de esgoto³⁰, conforme visto no cartograma abaixo.

Cartograma 4.1.6 – % de Domicílios com rede geral de esgoto ou pluvial
– Área urbana de Macaé – 2000.



Fonte: IBGE
Elaboração do autor

Observamos que, mesmo apresentando os melhores indicadores, alguns bairros área urbana de Macaé, como Cavaleiros, Glória e Granja dos Cavaleiros, possuem deficiência quanto ao seu sistema de esgotamento sanitário. Creditamos esse fato ao rápido crescimento, pois o número de residências cresceu com tamanha velocidade que os agentes responsáveis pela implantação do esgotamento não foram capazes de prover a todos com tal serviço. O anexo 2 especifica o tipo de esgotamento utilizado nos bairros estudados. Nos bairros centrais e nos mais próximos a estes a cobertura do sistema de esgotamento apresenta altas taxas de cobertura, mas à medida que os bairros se afastam da área central,

³⁰ Ver nota metodológica 8

esse percentual vai diminuindo, exceção são os bairros Lagoa e Imboassica, provavelmente devido ao depósito dos detritos no sistema pluvial, principalmente na Lagoa de Imboassica.

4.2 – Dados dos responsáveis pelo Domicílio

Os dados do universo do Censo nos permitem observar algumas informações sobre o responsável do domicílio³¹. Nesse momento, trataremos de duas variáveis a respeito dessas pessoas, a escolaridade e a renda. A variável renda é um dos fatores responsáveis por determinar o local de residência da família, pois, como nos fala Faria 1999: *“O padrão segregacionista do espaço residencial é produzido pela maior ou menor capacidade que os indivíduos/famílias de diferentes rendimentos têm de se apropriar das externalidades do espaço urbano”* (p.141).

Ao identificar onde residem os responsáveis pelos domicílios com até 8 anos de estudo, ou seja, com primeiro grau, identificamos que os bairros que apresentaram maior frequência são: Botafogo, Barra de Macaé, Ajuda, São José do Barreto e Lagomar. Observando a localização geográfica destes bairros, nota-se que todos eles estão localizados entre a área central da cidade e o município de Carapebus. Analisando os bairros que apresentaram baixo percentual, visualizamos que eles estão em sua maioria localizados na área central da cidade e deste ponto até o município de Rio das Ostras.

Oito anos de estudo representa um nível de escolaridade considerado baixo para a inserção na indústria petrolífera, que necessita de mão-de-obra qualificada. Assim sendo, supomos que as pessoas com esse nível de escolaridade terão grande dificuldade em se

³¹ ver nota metodológica 5

inserir na mencionada indústria, no entanto, tendo maiores chances de empregabilidade, no setor de comércio e serviços, como será tratado de maneira mais específica adiante.

Ao construirmos o cartograma abaixo, que demonstra em que bairros residem os chefes de família com 12 anos ou mais de estudos, ou seja, as pessoas com, no mínimo, formação universitária, foi possível identificar que o bairro de Cavaleiros é o que apresenta o maior percentual de responsáveis por domicílios com tal escolaridade – 67% – e ainda fica claro que essas pessoas estão concentradas na área central da cidade e nos bairros localizados entre esta e o município de Rio das Ostras.

Cartograma 4.2.1 – % de responsáveis por domicílios com 12 anos ou mais de estudo – Macaé 2000

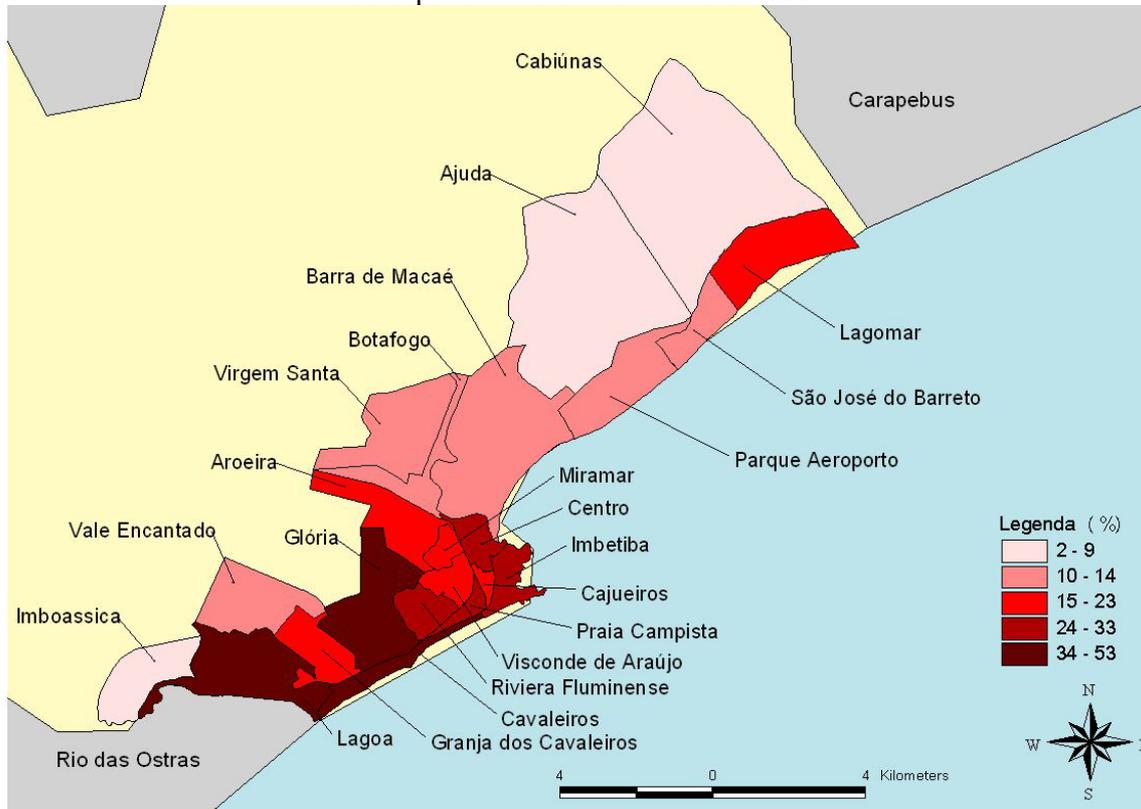


Buscando observar se no município estudado há relação entre escolaridade e renda, foram agrupadas as categorias de renda dos responsáveis pelos domicílios afim de identificar onde residem os responsáveis com maior e também menor renda.

Conforme nos mostra o cartograma seguinte, os bairros que registraram maior percentual com responsáveis por domicílios com renda superior a 10 salários mínimos, foram os bairros Lagoa, Glória e Cavaleiros. Já os bairros que apresentaram menores percentuais, Imboassica, Ajuda e Cabiúnas merecem comentários individuais.

O bairro de Imboassica, mesmo estando localizado numa área que apresenta bons indicadores, é um bairro novo, que ainda está sendo ocupado, fruto da expansão da área urbana. O bairro Ajuda, pode ser apontado como sendo local de residência de pessoas que não conseguem se inserir na indústria petrolífera. Tal suposição se baseia não apenas nos dados de renda, mas também nos de escolaridade, já que este bairro apresentou baixo percentual de pessoas com 12 anos ou mais de escolaridade. Quanto ao bairro de Cabiúnas, devemos lembrar que este bairro conta com apenas 11 domicílios, fato esse que pode gerar algumas distorções na interpretação dos dados.

Cartograma 4.2.2 – % de responsáveis por domicílios com renda igual ou superior a 10 SM's – Macaé 2000



Fonte: IBGE
Elaboração do autor

Após analisarmos os dados do universo do Censo demográfico realizado em 2000 segundo os bairros da área urbana de Macaé, é possível identificar uma segregação socioespacial nesta área, uma vez que os indicadores apresentados nos permitem inferir que os responsáveis pelos domicílios com maior rendimento se concentram em determinados bairros, principalmente os bairros localizados entre a área central e o município de Rio das Ostras.

Para Faria (1999), a segregação socioespacial segundo o uso residencial do espaço urbano é fruto da diferenciada capacidade dos indivíduos/famílias, segundo seus rendimentos, em utilizar as peculiaridades deste espaço, ou seja, esses indivíduos/famílias

poderão usufruir das vantagens oferecidas pelos locais de residência se tiverem condições econômicas de lá residirem, os que não tiverem essa condição residirão em áreas com menos atrativos, ou áreas carentes.

A análise dos dados georreferenciados mostra-se uma ferramenta bastante útil neste estudo, pois permite a identificação de bairros que configuram-se como áreas privilegiadas/desprivilegiadas da área urbana.

Após a análise dos cartogramas apresentados, torna-se visível que, os bairros localizados entre a área central da cidade e o município de Rio das Ostras são os que apresentaram os melhores indicadores, de infra-estrutura, escolaridade e rendimento dos chefes de famílias. Enquanto os bairros localizados entre a área central e o município de Carapebus apresentaram os piores resultados.

Considerações Finais

Intercalando a utilização de métodos quantitativos e qualitativos, o conteúdo demonstrado ao longo deste trabalho traz elementos que nos suscita debates sobre processos que não ocorrem apenas em Macaé, mas em vários outros locais onde o desenvolvimento econômico ocorre com características similares, podendo ser acelerado por algum agente externo ou interno ao seu meio, portanto algumas das considerações que serão aqui feitas podem ser empregadas em outras situações similares.

No desenvolvimento dos capítulos foi possível identificar algumas questões que englobam vários processos. O primeiro desses pontos se refere às características do componente demográfico responsável pelo crescimento da área urbana de Macaé; a migração. Como foi visto de maneira mais específica no capítulo 3, a partir da implantação das atividades petrolíferas Macaé passou a apresentar uma alta rotatividade de pessoas, ou seja, tanto suas taxas de emigração quanto de imigração se apresentavam elevadas, até que a cidade passou, ao longo da década de 90, a apresentar um saldo migratório positivo. Supomos que essa mudança se deveu ao fato de que a abertura de novos postos de trabalho com a chegada da citada indústria atua como elemento de fixação das pessoas que até então migravam, como elemento indutor da chamada migração de retorno, além de atrair um determinado perfil de imigrante. Essa seletividade das pessoas que chegam à Macaé se deve ao tipo de demanda criada pelas empresas que atuam no setor petrolífero. Por se tratar de um setor de alta tecnologia, necessita de uma mão-de-obra altamente qualificada, qualificação essa raras vezes encontrada na população de naturalidade macaense.

Como os postos de empregos abertos necessitam de diferentes níveis de instrução, acaba-se por criar a ilusão de que as oportunidades de emprego criadas são suficientes para

absorver a todos, no entanto, considerando-se as novas tendências do mercado de trabalho, são exigidos níveis mínimos de instrução, e as pessoas que não apresentam esses níveis terão dificuldades em se inserir no mercado de trabalho em atividade diretamente ligada à petrolífera.

Um outro ponto a ser observado é que, considerando-se os expressivos números que indicam o crescimento populacional na área urbana de Macaé, essa área passou a ver acentuada sua diversidade, por se tratar de um espaço relativamente pequeno – como já foi dito a área urbana do município ocupa menos de dois terços de seu território – recebendo um grande número de novos residentes, modificando o perfil dos bairros desta área. As desigualdades são visíveis e se refletem na heterogeneidade da paisagem urbana, onde construções com alto grau de sofisticação (como hotéis de luxo e mansões) contrastam com favelas e domicílios sub-normais, desprovidos de qualquer tipo de estrutura.

Um terceiro ponto que permeia o debate sobre o desenvolvimento do município é a questão das políticas, sobretudo as sociais, como instrumento de ação do governo no papel de orquestrar o crescimento, convertendo-o em desenvolvimento. Diante de um dinâmico processo de transformação, o governo, principalmente o municipal, deve constantemente rever suas políticas visando tornar benéfico para toda sua população os benefícios proporcionados pela atuação da indústria petrolífera, como os royalties, as participações e o aumento da arrecadação de IPTU conseqüente da valorização imobiliária entre outras formas de repasses.

Atualmente em fase de elaboração, o Plano Diretor de Macaé representa um importante instrumento no gerenciamento e na tentativa de maximização dos benefícios para toda a população. Enquanto ele não entra em vigor, o poder público local tem que agir através de outros mecanismos para que o crescimento da estrutura urbana não represente

um perigo ao meio ambiente, seja poluindo o litoral, as lagoas ou ainda através da expansão não planejada de seus limites, o que poderia implicar em danos às reservas florestais que se localizam próximas.

Nesse contexto, os royalties e participações especiais representam importantes fontes de recursos no orçamento municipal conforme já foi observado. O objetivo desses repasses é o de criar condições para que novas atividades econômicas sejam implantadas de modo a dar continuidade ao desenvolvimento iniciado com o petróleo quando esse se esgotar, e não deve ser usado com outro objetivo sob o risco de uma futura estagnação econômica, não apenas de Macaé, mas de todas as cidades do Norte Fluminense que usam sem sabedoria esses recursos.

Os três pontos acima destacados são na verdade resultantes de inúmeros outros processos, alguns comuns em áreas similares, outros peculiares de Macaé, conseqüentes de sua formação histórica e de seu papel no contexto regional/estadual. Devemos ter em mente ainda que esses processos não ocorrem em paralelo uns com os outros, eles interagem modificando-se e podendo conseqüentemente alterar a dinâmica de desenvolvimento na área urbana . Essa modificação deve ser constantemente monitorada, por meio de estudos para que todo o potencial de desenvolvimento seja explorado e todos os mecanismos capazes de promover melhoria nas condições de vida de toda a população sejam acionados, e/ou criados.

NOTAS METODOLÓGICAS:

1 – Definindo o espaço urbano, segundo o IBGE: Para o IBGE a situação do domicílio em relação à sua localização quanto ao perímetro urbano do distrito, é estabelecido por lei municipal, ou seja, os municípios determinam seu perímetro urbano e rural.

A definição do que é urbano e o que é rural adotada nesse trabalho é a mesma utilizada pelo IBGE, que por sua vez utiliza a delimitação feita pelas prefeituras. Através dos mapas e gráficos que virão a seguir será possível observar que a mencionada área representa menos de um terço de toda extensão territorial do município.

No decorrer desse item a área urbana de Macaé será apresentada segundo sua divisão em bairros, divisão essa obtida através do agrupamento dos setores censitários, delimitados e utilizados pelo IBGE para elaboração do Censo Demográfico 2000³².

2 – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): Lembramos, segundo Jannuzzi (2002) que os indicadores sociais e econômicos, além de medidas demográficas como a expectativa de vida são usados para auxiliar a formulação e avaliação políticas e processos decorrentes; além de justificar reivindicações para implementação de projetos e repasse de verbas. Os indicadores e medidas seriam utilizados por permitir a apreensão da realidade social, auxiliando a elaboração de políticas públicas.

Esse mesmo autor nos faz uma ressalva à utilização de indicadores do tipo sintético³³, pois, na tentativa de sintetizar os indicadores, acaba havendo um distanciamento da realidade e se tornam pouco sensíveis às mudanças, num conjunto de operações

³² A área urbana de Macaé foi dividida em 174 setores censitários para realização do Censo 2000.

³³ Indicadores construídos a partir de outros indicadores, que consideram então diferentes aspectos da realidade.

estatísticas, com problemas metodológicos, mas nos fala que, a construção de indicadores utilizando vários aspectos da realidade social seria um importante instrumento para tomada de decisões dos formuladores de políticas.

Um indicador que nos mostra, de maneira sintética as modificações ocorridas no período 1970-2000 é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq e utilizado pelo Programa das Nações unidas para o Desenvolvimento (Pnud/ONU) afim de classificar os países de acordo com um índice universal. Para construção desse indicador três variáveis são utilizadas, a esperança de vida ao nascer, a renda e a escolarização da população. Sobre a composição do IDH nos fala Jannuzzi (2002):

Na concepção do Pnud, o desenvolvimento humano deveria ser entendido como um processo dinâmico e permanente de ampliação das oportunidades dos indivíduos para a conquista de níveis crescentes de bem-estar. Para tanto, o processo de desenvolvimento deveria garantir, entre outros aspectos, oportunidades crescentes de acesso à educação e cultura, a condições de desfrutar uma vida saudável e longa e a condições de dispor de recursos suficientes para o consumo adequado de bens e serviços. (Jannuzzi, 2002, p.67)

A série de Estudos socioeconômicos dos Municípios Fluminenses, produzido pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (2004) menciona a criação do IDH como indicador que possibilite a comparação de diferentes áreas:

Traz, como grande contribuição, a possibilidade de comparação entre os diversos países, segundo as condições econômicas, políticas e sociais dos seus habitantes. A idéia é de que, para se verificar o avanço de determinado território, não se deve considerar somente as características econômicas e políticas, mas também as características sociais e culturais vivenciadas por sua população(Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, 2004, p.37).

Pelo fato dos componentes do IDH serem muitas vezes medidos em diferentes unidades, eles são convertidos em medidas adimensionais, que vão de 0(zero) a 1(um). Sendo classificado como baixo o IDH inferior a 0,5; médio o que varia de 0,5 a 0,8 e; alto aquele acima de 0,8.

A metodologia utilizada para construção do IDH dos países foi utilizada para construção desse índice para os municípios, e mesmo que essa metodologia de desagregação sofra críticas, não deixa de ser um instrumento a ser usado, com cautela, no nas análises municipais.

3 – Data Fixa : Buscando demonstrar através dos dados disponíveis o crescimento do fluxo migratório que traz à Macaé pessoas de diferentes lugares, buscamos comparar nos censos de 1991 e 2000 a variável conhecida como “Data Fixa” que nos permite identificar onde o entrevistado, que no momento do censo residia em Macaé residia 5 anos atrás, com o objetivo de observar a origem das pessoas que passaram a residir em Macaé. Essa é uma importante informação para identificarmos fluxos migratórios que trazem para a cidade estudada, pessoas de diferentes regiões do Brasil.

4 – Definição de domicílios: Vale citar que, conforme mencionado na Documentação dos Microdados da Amostra do Censo 2000, o IBGE entende por domicílio “*o local estruturalmente separado e independente que se destina a servir de habitação a uma ou mais pessoas, ou que esteja sendo utilizado como tal na data de referência do Censo*” (p.71). Segundo os critérios de classificação adotados pelo IBGE, os domicílios podem ser do tipo particular, que se subdivide em permanente ou improvisado, ou coletivo.

Fica entendido, segundo a documentação acima citada, por domicílio particular permanente a *“Moradia de uma ou mais pessoas onde o relacionamento entre os seus ocupantes é ditado por laços de parentesco, de dependência doméstica ou por normas de convivência, e que foi construído para servir exclusivamente de habitação.”*(p.71); por domicílio particular improvisado a *“Moradia de uma ou mais pessoas onde o relacionamento entre os seus ocupantes é ditado por laços de parentesco, de dependência doméstica ou por normas de convivência, localizado em unidade não-residencial (loja, fábrica etc.) que não tinha dependências destinadas exclusivamente à moradia. Também são considerados domicílios particulares improvisados se estiverem servindo de moradia: prédios em construção; vagões de trem, carroças etc.; tendas, barracas, trailers, grutas etc.; aqueles situados sob pontes, viadutos etc”* (p.71) e por domicílio coletivo: *“Unidade de habitação em domicílio coletivo. Moradia onde o relacionamento entre os seus ocupantes é restrita a normas de subordinação administrativa e ao cumprimento de normas de convivência, como, por exemplo, hotéis, pensões, presídios, cadeias, penitenciárias, quartéis, postos militares, escolas, asilos, orfanatos, conventos, mosteiros, hospitais, clínicas (com internação), alojamentos de trabalhadores, motéis, campings etc.”* (p.71)

5 – O uso do número de banheiros como indicador: Na literatura especializada, o número de banheiros dos domicílios é utilizado com frequência como indicador do grau de sofisticação e desigualdade entre os domicílios das áreas estudadas, tendo sua relevância destacada pelo IBGE na Metodologia do Censo 2000:

O número de banheiros foi considerado uma variável de alta relevância em função das análises efetuadas com resultados dos censos anteriores. Esses estudos mostraram grande correlação dessa variável com a renda domiciliar, o que confere à informação a possibilidade de contribuir para a estratificação socioeconômica, podendo ser usada no planejamento de amostras de pesquisas domiciliares.³⁴

6 – Rede geral de esgoto: Ficando definido por rede geral de esgoto, segundo o Dicionário do Censo 2000: *“quando a canalização das águas servidas e dos dejetos provenientes do banheiro ou sanitário é ligada a um sistema de coleta que os conduza a um desagudouro geral da área, região ou município, mesmo que o sistema não disponha de estação de tratamento da matéria esgotada”* (p.15)

7 – Responsáveis pelo Domicílios:

A definição de pessoa responsável pelo domicílio, segundo o Dicionário do Censo 2000 do IBGE é: *“Pessoa (homem ou mulher) responsável pelo domicílio ou que assim seja considerada pelos demais moradores”* (p.94). Assim sendo, buscamos observar algumas informações desse componente da família, identificar quais as características dos responsáveis pelos domicílios dos bairros da área urbana de Macaé. Acreditamos que a análise desses dados nos darão subsídios suficientes para inferir sobre o perfil da população de cada bairro.

³⁴ IBGE: Metodologia do Censo 2000

Bibliografia

ABRAMOVAY, Ricardo & CAMARANO, Ana Amélia. “Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: Panorama dos últimos 50 anos”. Texto de discussão IPEA nº621. 1999.

Agência Nacional de Petróleo – www.anp.gov.br

AJARA, César. “Configurações econômico-espaciais no estado do rio de Janeiro. In: Livro ENCE 50 anos: Um olhar sob o Rio de Janeiro” Editora IBGE, Rio de Janeiro, 2006

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 2003. Disponível em: www.undp.org.br.

BARBOSA, Pedro Paulo Biazzo de Castro. “A Constituição de uma Periferia em Face da Modernização: a produção de açúcar e álcool no Brasil e a transformações na Região Norte Fluminense”. In: MARAFON, Gláucio José; Ribeiro, Miguel Ângelo. Revisitando o território Fluminense. Rio de Janeiro: NEGEF, 2003.

BELTRÃO, K. I.; CAMARANO, A. A.; KANSO, S. “Dinâmica Populacional Brasileira na Virada do Século XX”. Rio de Janeiro: IPEA, 2004. (Texto para Discussão, 1034).

CARVALHO, J.A.M. “Crescimento Populacional e Estrutura Demográfica no Brasil”. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2004. (Texto para discussão 227)

CASTELLS, Manuel. “A sociedade em rede”. 6.ed. São Paulo: Paz e Terra 2002.

CONSORCIO UNIVERSITÁRIO DE PESQUISA DA REGIÃO NORTE FLUMINENSE. Boletim Técnico nº 07: A Evolução do Emprego Formal na Região Norte Fluminense: Uma análise do período 1997-2001.

CASTRO, Iná Elias de. “O Problema da escala”. *In: Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1995. p.117-140.

CRUZ, J.L.V. “Problemas, Recursos e Potencialidades do Desenvolvimento do Norte Fluminense: o papel da Petrobrás”. *In: Petróleo, Royalties e Região*. Campos dos Goytacazes/RJ, Ano I nº 4- Junho de 2004.

CRUZ, J. L. V.; SIMÕES, A.; PASSOS, R.M.; SERRA, R. “Economia do Petróleo, dinâmica populacional e os estados condicionantes da nova *exclusão social* no norte do Estado do Rio de Janeiro”. Trabalho apresentado no XI encontro Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Social (ANPUR) Salvador, Bahia, 2003.

DEBIAGGE, Moema Castro. “O processo de uso e ocupação do solo”. *In: Política Urbana; a produção e o consumo da cidade*. Porto Alegre, Ed: Mercado Aberto 1985. p. 8

DINIZ, Clério Campolina. “A Dinâmica Regional Recente da Economia Brasileira e suas Perspectivas”. Rio de Janeiro: IPEA, 1995 (Texto para Discussão nº 375).

DURKHEIM, Émile. “A Divisão do Trabalho Social” . Coleção Os Pensadores. 2. ed. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

FARIA, Teresa Cristina. “Estratégias de Localização Residencial e Dinâmica Imobiliária na Cidade do Rio de Janeiro”. *In: Cadernos IPPUR*, Vol. XIII, nº 2. Rio de Janeiro: IPPUR. 1999

FARIA, Vilmar. “Cinquenta anos de urbanização no Brasil tendências e perspectivas”. *Revista Novos Estudos* nº29. CEMBRAPE 1991.

HARVEY, David. “A condição pós-moderna”. S. Paulo: Edições Loyola, 1992.

_____. “Mundos Urbanos Possíveis” In: Revista Novos Estudos. nº 63, Julho de 2002. CEBRAP, São Paul, 2002.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) – SIDRA.

_____. Censos Demográficos, 1970, 1980, 1991 e 2000.

_____. Documentação dos Microdados da Amostra, Novembro de 2002.

_____. Metodologia do Censo Demográfico 2000

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – www.ipeadata.gov.br

JANNUZZI, P. “Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais”. *Revista de Administração Pública* 36 (1) jan-fev 2002

JANNUZZI, Paulo Martino e OLIVEIRA, Kleber Fernandes de Oliveira. “Motivos para migração no Brasil: padrões etários, por sexo e origem/destino”. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu- MG – Brasil, de 20- 24 de setembro de 2004.

LEFEBVRE, Henry. “O Direito à cidade”. Editora Centauro. São Paulo 2001.

_____. “A Revolução Urbana”. Editora UFMG, 2004.

MAGNAGO, Angélica Alves. “A divisão regional brasileira – uma revisão bibliográfica”. In: R. Bras. Geogr. V. 57. n.4. out/dez. 1995.

MCKENZIE, Roderick D. “Matéria-objeto da Ecologia Humana”. In: Estudos de Ecologia Humana Tomo I Leituras de Sociologia e Antropologia Social. PIERSONS, Donald (org.). Livraria Martins Editora S.A. São Paulo. 1948.

MARANGONE, A.B., Frias, L.a. “Some aspects of the Brazilian Mortality over the XX Century and Perspectives”. In: IUSSP General Population Conference, 24, Salvador. CD-ROM, 2001.

NATAL, Jorge Luiz Alves. “Economia fluminense contemporânea e lições históricas - crise, e inflexão econômica positiva e seus problemas”. In: Revista Nova Economia Volume 14, Número 3, Setembro-Dezembro de 2004 - Belo Horizonte - UFMG – 2004. p. 71-90.

_____. “O Estado do Rio de Janeiro pós –1995: dinâmica econômica, rede urbana e questão social”. Rio de Janeiro: Publicati, 2005.

NISBET, Robert A. “The Sociological tradition”. Nova Iorque. Editora Basic Books, 1966.

OLIVEIRA, Alberto de e NATAL, Jorge Luiz Alves. “Crescimento econômico, desigualdade e condições de vida -estudo do interior fluminense nos anos 90-. *ea*”. dez. 2004, vol.13, no.4.

PACHECO, Carlos Américo. “Novos Padrões de Localização Industrial? Tendências Recentes dos Indicadores da Produção e do Investimento Industrial”. Brasília: IPEA, 1999 (Texto para Discussão, 633), p.18.

PATARRA, Neide Lopes. “Do Urbano às novas territorialidades: conceitos e questões. Relatório de Pesquisa 1999

_____. “Movimentos Migratórios no Brasil: Tempos e Espaços”. Escola Nacional de Ciências Estatísticas. Rio de Janeiro; 2003 (Texto para Discussão nº7).

PIQUET, Rosélia. “Novo Recorte Regional do Norte Fluminense”. Trabalho Apresentado na ANPUR de 2003.

_____. “Impactos de um setor de alta tecnologia em uma região brasileira – o norte fluminense na era do petróleo”. Trabalho apresentado no V Colóquio sobre Transformaciones Territoriales. La Plata, Argentina; Novembro de 2004.

RAMIRES, Júlio César de Lima. “As Grandes Corporações e a Dinâmica Socioespacial: A ação da Petrobrás em Macaé”. In: Revista Brasileira de Geografia. Outubro/dezembro de 1991. Rio de Janeiro

REIS, Nestor Goulart. “Notas sobre a Urbanização Dispersa e Novas formas de tecido urbano”. São Paulo, Editora Via das Artes, 2006.

SABOIA, João. “Mercado de Trabalho no Brasil – Evolução e Tendências Recentes”. IV Encontro Nacional de Estudos do Trabalho. Anais, ABET, Vol. III, 1995, p. 1123-1147.

SANTOS, Milton. “Economia Espacial”. Edusp. São Paulo 2003.

_____. “A Urbanização brasileira”. São Paulo: Edusp. 5ª Edição, 2005

SERRA, R. V. ; ANDRADE, T. A.. Cidades Médias Brasileiras. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

SILVA, Leonardo de Carvalho. “Urbanização e Segregação Sócioespacial em Macaé – RJ”. Monografia de Graduação apresentada em 2004 na Universidade Estadual do Norte Fluminense.

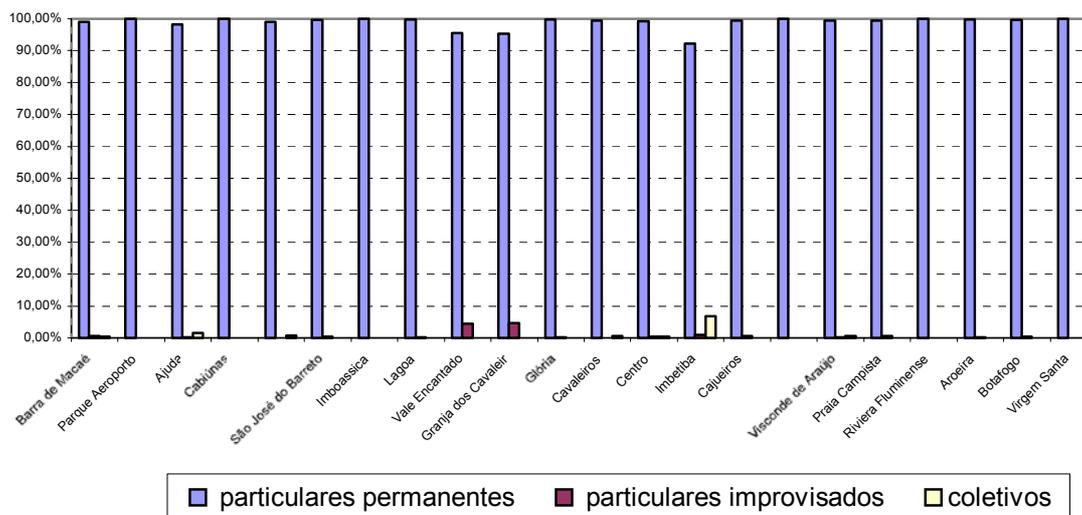
Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. Estudo Socioeconômico 2004 – Macaé. RJ: 2004.

URRY, John. "Sociology of time and space". In: The Blackwell Companion to social theory. In: Turner , Bryan S. (Org) Editora: Blackwell Publishers Massachusetts – EUA 1996 pag 369-396

VELHO, Gilberto. "Estilo de Vida Urbano e Modernidade". Estudos Históricas, Rio de Janeiro vol. 8, n.16, 1995, p.227-234

ANEXO 1

anexo 1 Tipos de domicílios de Macaé por bairro - 2000



Fonte: IBGE

ANEXO 2

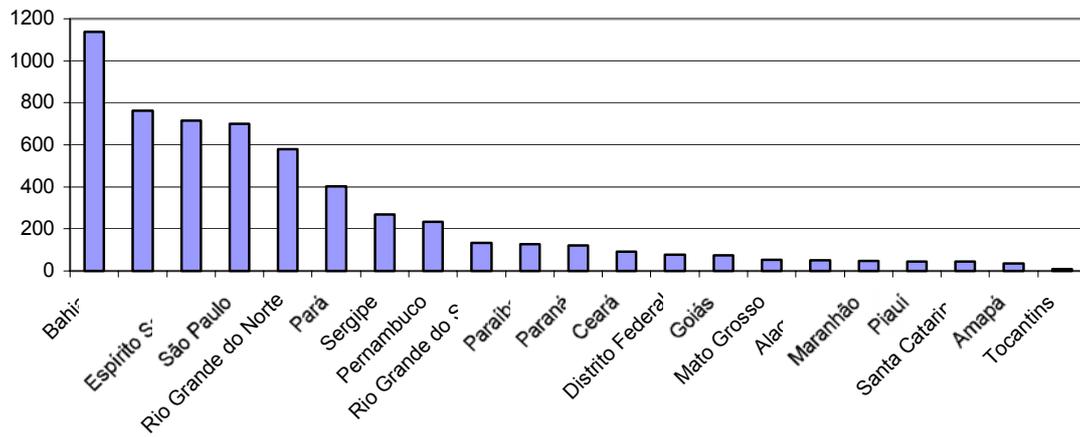
Município	Taxa de Crescimento Geométrico Anual		
	1970-1980	1980-1991	1991-2000
Angra dos Reis	3,69	3,62	3,76
Aperibé	-	-	-
Araruama	2,21	1,55	3,83
Areal	-	-	-
Armação dos Búzios	-	-	-
Arraial do Cabo	-	-	2,06
Barra do Piraí	1,99	0,88	1,24
Barra Mansa	4,29	0,98	-0,09
Belford Roxo	-	-	-
Bom Jardim	0,81	0,98	1,04
Bom Jesus do Itabapoana	-0,50	0,60	1,33
Cabo Frio	4,81	1,65	4,56
Cachoeiras de Macacu	0,60	1,04	2,12
Cambuci	-1,48	-0,01	-3,91
Carapebus	-	-	-
Comendador Levy Gasparian	-	-	-
Campos dos Goytacazes	0,90	1,01	0,51
Cantagalo	0,32	0,23	0,09
Cardoso Moreira	-	-	-
Carmo	0,40	1,54	0,58
Casimiro de Abreu	2,81	3,92	-4,60
Conceição de Macabu	1,66	2,01	1,14
Cordeiro	1,79	2,79	-1,22
Duas Barras	0,15	1,94	0,51
Duque de Caxias	2,93	1,36	1,67
Engenheiro Paulo de Frontin	1,12	-0,62	0,09
Guapimirim	-	-	-
Iguaba Grande	-	-	-
Itaboraí	5,68	3,24	1,58
Itaguaí	4,90	2,08	-3,51
Italva	-	-	-0,13
Itaocara	-0,44	0,67	0,03
Itaperuna	0,40	1,95	1,18
Itatiaia	-	-	4,91
Japeri	-	-	-
Laje do Muriaé	-1,27	-0,06	0,65

Macaé	1,51	2,63	3,07
Macuco	-	-	-
Magé	3,96	1,29	0,79
Mangaratiba	1,16	2,38	3,72
Maricá	3,26	3,29	5,71
Mendes	1,99	0,61	0,45
Miguel Pereira	0,76	2,56	2,32
Miracema	0,38	1,20	0,84
Natividade	-0,14	0,83	-3,96
Nilópolis	1,70	0,38	-0,31
Niterói	2,05	0,86	0,58
Nova Friburgo	3,16	2,79	0,41
Nova Iguaçu	4,18	1,56	-3,74
Paracambi	1,80	1,69	1,18
Paraíba do Sul	0,90	1,36	1,09
Parati	2,61	1,36	2,37
Paty do Alferes	-	-	1,87
Petrópolis	2,50	0,49	1,28
Pinheiral	-	-	-
Piraí	1,77	1,46	-4,60
Porciúncula	0,82	0,72	1,12
Porto Real	-	-	-
Quatis	-	-	-
Queimados	-	-	-
Quissamã	-	-	3,01
Resende	2,70	0,45	1,46
Rio Bonito	1,52	1,10	1,07
Rio Claro	-0,98	0,51	1,93
Rio das Flores	-0,47	-0,55	1,88
Rio das Ostras	-	-	-
Rio de Janeiro	1,82	0,67	0,74
Santa Maria Madalena	-1,16	-0,19	-0,39
Santo Antônio de Pádua	0,74	1,53	-0,26
São Francisco de Itabapoana	-	-	-
São Fidélis	-0,05	-0,10	0,69
São Gonçalo	3,64	2,18	1,49
São João da Barra	-0,19	0,80	-8,16
São João de Meriti	2,81	0,60	0,60
São José de Ubá	-	-	-
São José do Vale do Rio Preto	-	-	2,47
São Pedro da Aldeia	3,07	2,74	2,53

São Sebastião do Alto	-1,18	-0,89	0,40
Sapucaia	-0,71	0,29	1,19
Saquarema	1,47	2,72	3,68
Seropédica	-	-	-
Silva Jardim	-0,21	0,69	1,78
Sumidouro	0,34	1,20	0,99
Tanguá	-	-	-
Teresópolis	3,04	1,85	1,51
Trajano de Morais	-1,80	0,01	-0,46
Três Rios	2,45	1,21	-1,34
Valença	1,04	1,16	0,97
Varre-Sai	-	-	-
Vassouras	0,74	-3,89	1,04
Volta Redonda	3,90	1,67	1,05

ANEXO 3

Estado em que residiam em 31/7/1995



Fonte: IBGE

ANEXO 4

Tipo de sistema de esgoto dos Domicílios Particulares Permanentes - Área urbana de Macaé
2000

BAIRRO	rede geral de esgoto ou pluvial	fossa séptica	fossa rudimentar	vala	rio, lago ou mar	outro escoadouro
Barra de Macaé	4147	617	182	16	673	4
Parque Aeroporto	4731	109	41	39	6	4
Ajuda	684	115	149	83	0	12
Cabiúnas	0	0	11	0	0	0
Lagomar	16	196	768	42	11	20
São José do Barreto	13	204	64	4	19	0
Imboassica	114	74	3	0	1	0
Lagoa	181	287	112	1	2	2
Vale	1	0	20	0	0	0
Encantado						
Granja dos Cavaleiros	67	120	407	26	0	2
Glória	53	473	259	33	3	0
Cavaleiros	10	384	301	0	0	0
Centro	2819	16	15	0	2	0
Imbetiba	1383	88	13	12	0	9
Cajueiros	998	95	2	0	0	0
Miramar	1242	289	0	1	2	0
Visconde de Araújo	2052	800	91	5	0	0
Praia						
Campista	661	309	24	65	3	3
Riviera						
Fluminense	908	408	74	19	1	0
Aroeira	3430	134	29	72	42	9
Botafogo	1601	251	21	19	732	4
Virgem Santa	20	5	19	79	5	4

Fonte: IBGE